

EDIÇÃO ESPECIAL

ZERO

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★
Curso de Jornalismo da UFSC
Florianópolis
28 de junho de 2005
Ano XX - Número 4



Leo Miranda - Zero

Cobertura completa dos 17 dias de protestos de estudantes e população contra o reajuste das passagens de ônibus em Florianópolis. Manifestantes venceram novamente mas tiveram que enfrentar a truculência do governador e prefeito com

A DEMOCRACIA DO PORRETE



Cláudio Zorno - Zero

CMI mobiliza com mídia tática

Sítio independente de notícias informa, organiza protestos e dá força às manifestações

Antes das recentes manifestações começarem, Daniel Guimarães, estudante de jornalismo da Faculdade Estácio de Sá, publicou um artigo no sítio do Centro de Mídia Independente e no jornal *A Notícia* que foi considerado por alguns – a polícia, principalmente – a senha para o levante popular contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. O artigo tratava de um episódio pouco conhecido, a Revolta das Barcas, na qual milhares de pessoas se levantaram, em maio de 1959, contra o péssimo sistema de transporte de barcas, que fazia o roteiro entre Niterói e Rio de Janeiro, antes de ser construída a ponte que liga as cidades. Apesar da semelhança histórica e geográfica, foi apenas uma coincidência.

Esse exemplo mostra como o Centro de Mídia Independente conquistou força e se transformou em um instrumento para convocar os militantes e informar a população sobre as manifestações e movimentos em geral. O CMI é um projeto de grupos de comunicação independentes, que surgiu em 1999, em Seattle (EUA), durante a cobertura das manifestações contra a Organização Mundial do Comércio. O CMI de Seattle (indymedia.org) se espalhou pelo mundo e hoje já conta com mais de 250 grupos internacionais. É formado por voluntários que buscam oferecer ao público informação “alternativa e crítica”.

No Brasil, o CMI (midiaindependente.org) surgiu no começo de 2001, para cobrir as manifestações contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Guimarães, que é um dos membros do CMI Floripa, define a rede como “um grupo de trabalho não competitivo, uma comunicação participativa, não existe patrão, chefe, não tem funcionário e ninguém é assalariado”, explica, deixando bem claro o perfil ideológico do grupo. São 11 “coletivos” espalhados em diferentes cidades do país: Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

A rede nacional tem um grupo que edita os temas mais importantes na coluna principal do sítio e monitora a coluna situada na direita da *homepage*, onde a publicação é livre para qualquer pessoa. Quando o texto publicado não está de acordo com a política editorial não é apagado, é transferido para a coluna de “arquivos escondidos” para mostrar o que o CMI não concorda. Daniel esclarece que as mensagens “de cunho racista e partidário” não são bem vindas. Outra característica diferenciada do CMI é o *copyleft*, que autoriza a utilização de qualquer material publicado desde que citada a fonte.

O CMI Floripa é formado por um núcleo duro de dez pessoas divididos em quatro grupos de trabalho. O grupo de mídia impressa é responsável pela publicação do jornal-poste *CMI na Rua* e *O Independente*, que é vendido para se levantar fundos. O grupo de rádio produz material em áudio para o sítio e faz programas na rádio de Tróia – iniciativa do DCE da UFSC. Há ainda um grupo de vídeo que está sendo implantado e outro de finanças que arrecada dinheiro para ser investido no próprio coletivo. A relação entre o CMI Floripa e o movimento passe livre começou de forma natural. “Como tem esse caráter de mídia alternativa é normal que alguém já faça parte de algum movimento”, lembra Guimarães, “quando a gente começa a cobrir uma coisa, a gente se envolve, publicamos até os deslizes do movimento”.

Alexandre Brandão

Mãe de estudante ferido denuncia abusos da PM

Denize Leal, de 47 anos, estava em casa conversando com os amigos na quinta-feira, dia 21 de junho, enquanto seu filho participava das manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público de Florianópolis. Por volta da uma e meia da madrugada, Diogo chegou em casa. Voltava do hospital, pois uma granada de gás pimenta havia atingido o seu pé durante os protestos. O pai de outro rapaz que levou dois tiros de balas de borracha no rosto foi quem levou o estudante para casa.

Além das preocupações de mãe, Denize pôde sentir o que o filho passou. Quando Diogo chegou em casa, ela começou a espirrar devido ao cheiro de gás pimenta impregnado na roupa. Depois de ter colocado as roupas do filho para lavar, Denize passou as mãos no rosto: “Fiquei com o rosto ardendo. Parecia que a cara ia cair”, lembra.

Diogo foi atingido por uma bomba de gás pimenta atirada pela polícia. Algumas pessoas estavam presas e os



Denize: granada atingiu o filho

manifestantes que estavam no centro da cidade se dirigiam à Central de Polícia. Quando estavam perto do local, a tropa de choque começou a jogar bomba de gás pimenta e dar tiros de balas de borracha. Uma das bombas atingiu o pé de Diogo. Como estava com uma bota de montanhismo, o ferimento não foi mais grave. Mesmo assim não conseguiu caminhar e duas pessoas o levaram para o hospital. “A polícia reprime os estudantes como se fossem bandidos. Eles estão protestando contra um aumento absurdo na passagem dos coletivos”, contesta Denize.

Para ela, os pais devem dar força ao movimento. Ela não vai à rua protestar, mas vai participar de outras formas: fazendo representação ao Ministério Público ou denunciando para órgãos de direitos humanos o ocorrido com os estudantes. “Ainda bem que na época da ditadura era eu que participava dos protestos. Os pais sofrem muito mais nessas ocasiões”, avalia.

Maurício Frighetto



Nossa equipe (com algumas ausências): Daniela Cucolicchio, Marianna Aragão, Wladimir D'Andrade, Sarah Castro, Alexandre Brandão, Isadora Pamplona, Maurício Frighetto, Wendel Martins, professor Ricardo Barreto, Robson Martins, Thiago Macedo, Francis França, professor Clóvis Geyer e Clarice Zornio

ZERO

ANO XX – Nº 4 – JUNHO/2005 – CURSO DE JORNALISMO – UFSC – CCE – JOR Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina Apoio: LabFoto, LabInfografia, LabRádio Arte: Alexandre Brandão, Clóvis Geyer Colaboração: Carolina Mello Samorano, Luís Prates, professor Victor Carlson Copy-writer: Francis França, Marianna Aragão, Maurício Frighetto, Thiago Macedo, Ricardo Barreto (final) Direção de Arte e de Redação: Professor Ricardo Barreto Edição: Bruno Moreschi, Emília Chagas, Francis França, Marianna Aragão, Maurício Frighetto, Sarah Castro, Thiago Macedo Editoração eletrônica: Alexandre Brandão, Wendel Martins Editores-executivos: Alexandre Brandão, Isadora Pamplona Fotografia: Bruna Marcon, Clarice Zornio, Daniela Cucolicchio, Leo Miranda, Lucas Sampaio, Sarah Castro, Tadeu Martins, Wladimir D'Andrade Laboratório fotográfico: Bruna Marcon, Leo Miranda, Marcelo Rafael, Wladimir D'Andrade Secretária de redação, checagem e circulação: Isadora Pamplona Serviços editoriais: *A Notícia*, *Diário Catarinense*, *O Estado*, *O Correio* Textos: Alexandre Brandão, Bruno Moreschi, Emília Chagas, Francis França, Isadora Pamplona, Leandro Uchôas, Leo Branco, Marianna Aragão, Maurício Frighetto, Sarah Castro, Thiago Macedo, Wladimir D'Andrade Tratamento de imagens: Alexandre Brandão, Wendel Martins Impressão: *Diário Catarinense* Redação: Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC Telefones: 55 (48) 331-6599, 331-9490, 331-9215 Fax: (48) 331-9490 Sítio: www.zero.ufsc.br E-mail: zero@cce.ufsc.br Circulação: Nacional, gratuita e dirigida Tiragem: 5.000 exemplares Deadline: 28 de junho 2005



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI Set Universitário - PUC-RS
88, 89, 90, 91, 92 e 98

e-ZERO

3º Melhor
Jornal-laboratório do Brasil
Expocom 94

Melhor Jornal-laboratório
1 Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC -2000



Diariamente, passeatas levaram centenas de estudantes às ruas da capital em protesto contra os aumentos; em frente ao Ticen, manifestantes atearam fogo à catraca e fazem gesto pedindo paz

Prefeito se rende. Desgastado

Após três semanas de caos urbano, inabilidade e inércia política, aumento é suspenso

O prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PSDB), precisou de 24 horas para determinar o aumento médio de 8,8% no valor das tarifas do sistema integrado de transporte da capital. Na quarta-feira, 25 de maio, véspera do feriado de Corpus Christi, decisão do juiz Domingos Paludo, da 2ª Vara da Fazenda da Capital, autorizou a Prefeitura a conceder o reajuste. O aumento equivale a diferença do reajuste de 15,6% concedido pelo governo da ex-prefeita Ângela Amin (PP) através do Decreto nº 2454, em junho de 2004, e o valor efetivamente repassado de 6,81% - em vigor desde dezembro por determinação da Justiça. Na terça-feira, 21 de junho, depois de 24 dias de duração do reajuste e 17 dias de protestos ininterruptos, Berger revoga o aumento das tarifas, através do Decreto nº 3495, que voltou ao patamar praticado desde dezembro. Foram três semanas de trapalhadas, desmentidos e versões desencontradas. O prefeito ainda se indispôs com a Câmara dos Vereadores e quase assistiu a um "racha" em sua base de sustentação.

Manifestações generalizadas e diárias se espalharam por toda a capital. No norte da Ilha, estudantes da Escola Jovem fecharam o Terminal de Canasvieiras e ocuparam a rodovia SC-401. No sul, populares fizeram passeatas pelas ruas principais e impediram o trânsito de ônibus do terminal Rio Tavares. Na região da UFSC, secundaristas e universitários promoveram "catracaço" por vários dias e ainda fecharam o terminal da Trindade. Estudantes do continente fizeram passeata até a região central da cidade. A avenida Paulo Fontes, no centro, foi bloqueada quase todos os dias. Os manifestantes também ocuparam o terminal Central (Ticen) e fizeram passeata pelas principais vias da cidade: as avenidas Beira Mar e Mauro Ramos.

Durante a primeira semana de protestos, o prefeito se esforçou para transferir a responsabilidade do aumento da tarifa para o Judiciário. "Não posso fazer nada, o aumento foi autorizado pela Justiça", declarou. Norberto Stroisch, secretário de Transportes, foi ainda mais incisivo: "Não há o que negociar, a prefeitura não é responsável". Diante das declarações, a Associação de Magistrados Catarinense esclareceu em nota oficial que "o aumento nas passagens deve-se a um ato discricionário do próprio Executivo municipal, que poderia ou não autorizá-lo". Na sexta-feira, 3 de junho, Jaime de Souza, procurador-geral do município, surge para corrigir o problema. "O prefeito Dário não é advogado, pode ter se pronunciado de forma equivocada", disfarça.

Enquanto isso, manifestantes denunciavam as "prisões arbitrárias" e o "uso de violência" por parte da força policial. Logo no primeiro dia de protestos, três principais líderes do movimento, Marcelo Pomar, Flora Muller e André Moura Ferro foram detidos, enquadrados nos crimes de formação de quadrilha e proibidos de participarem das manifestações. Eles foram liberados na madrugada de terça-feira sob fiança de R\$ 1,5 mil cada. Uma cena de um jovem sendo espancado por policiais militares gravada pela TV Floripa foi enviada à Anistia Internacional. Os deputados estaduais Vânio dos Santos e Afrânio Boppré (PT) pedem a demissão do secretário de Segurança Pública, Ronald Benedet, que passou a primeira semana de protestos em Paris.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Bruno Knihs, acusou os manifestantes de promoverem baderna, agredirem policiais e denunciou uma suposta "infiltração" de provocadores de outras cidades. "O quebra-quebra tem origem na violência policial e na exploração do transporte coletivo e seus capachos na administração pública", devolveu Pomar. Segundo o sar-



Nem os santos ajudaram: establishment se concentra para tentar evitar a sucessão de trapalhadas

Nas semanas seguintes, Dário Berger apresenta duas propostas para contornar a situação e conquistar uma trégua com os manifestantes. Na segunda-feira, 6 de junho, sugere parcelar o aumento. No dia 13, a prefeitura propõe subsidiar passagens acima de dois reais. As duas propostas são recusadas. "O movimento pede a redução total das tarifas, não há negociação antes disso", declara Matheus de Castro, advogado e representante dos manifestantes. Stroisch, secretário de Transportes, afirma que "revogar o decreto é impossível, pois implicaria derrubar os 6,81% concedidos pela Justiça em dezembro".

Depois de mais uma quinta-feira de protestos e quebra-quebra, a mesa diretora da Câmara dos Vereadores resolve dar um fim ao impasse. Na sexta, 17 de junho, o presidente da casa, Márcio Ávila, propõe um substitutivo global de subsídio total e redução da tarifa aos patamares anteriores por tempo indeterminado. A proposta é discutida em três comissões da Câmara e analisada pelo prefeito Dário Berger e o secretário de Administração, Filipe Melo. "A votação só aconteceu depois que Dário comprometeu-se a sancionar o projeto", garantiu Ávila. O substitutivo foi aprovado por unanimidade por todos os 13 vereadores presentes.

Na manhã de segunda, 20 de junho, o homem forte da administração tucana, o secretário de Governo Gean Loureiro, garantiu em entrevista à rádio CBN que o prefeito não iria vetar o substitutivo global. O próprio secretário de Administração explicou que o dinheiro para pagar a diferença viria do fundo de contingência do município. No fim da tarde, a prefeitura muda de idéia, rejeita o projeto da Câmara e escala o procurador-geral Jaime de Souza para mudar a versão. O prefeito apresentaria uma proposta estudada durante o final de semana entre o Executivo e a equipe do político e urbanista Jaime Lerner - contratada para fazer um diagnóstico do transporte coletivo em Florianópolis.

Em entrevista coletiva, na terça-feira 21, o prefeito Dário Berger anuncia a revogação do aumento e a volta do valor das tarifas aos patamares anteriores. O decreto 3495, que suspende a "complementação do reajuste relativo ao decreto 2454", não estipula prazo, mas Berger garante que, entre 60 e 90 dias, deve apresentar um novo projeto de sistema de transporte. Depois de pelo menos 55 detenções e 36 processos judiciais, segundo o movimento, os manifestantes consideram o recuo do prefeito uma vitória, mas comemoram com ressalvas: "Responderemos aos processos judiciais que pesam sobre nossos militantes de cara limpa, com orgulho de nossa contribuição à sociedade", desabafa, aliviado, Marcelo Pomar.

Alexandre Brandão



Estudantes no centro de Florianópolis se protegem com máscaras e acusam prefeito e governador pela violência, enquanto a Polícia confirma a acusação ao reprimir o protesto com bombas de gás

Fotos: Daniela Cuelicchio-Zero



“Não posso fazer nada”.

Dário Berger, *Diário Catarinense* 2 de junho de 2005, ao ser perguntado se há a possibilidade das tarifas baixarem.

“Não sou nenhum 'bocó'. Ninguém vai fazer xixi na minha perna e rir na minha cara”.

Prefeito de Florianópolis, Dário Berger, em entrevista ao *Diário Catarinense* de 1º de junho de 2005 sobre as manifestações contra o aumento.

“A polícia não vai permitir o fechamento das pontes, a obstrução das ruas e dos terminais. A capital não é uma terra de ninguém”!

Dário Berger, *A Notícia* de 2 de junho de 2005, sobre o rigor da polícia no tratamento das manifestações.

“No meu governo não vou permitir baderna”.

Dário Berger, *A Notícia* de 2 de junho de 2005.

“Nenhum policial bate por livre e espontânea vontade em alguém”.

Dário Berger, *Diário Catarinense* de 2 de junho de 2005, sobre a truculência da polícia.

“Não vou permitir que a desordem e a anarquia tomem conta da cidade”.

Dário Berger, *Diário Catarinense* de 2 de junho de 2005.

“Eu mesmo fui conversar com o governador Luiz Henrique da Silveira sobre a situação, que precisa ser combatida de forma enérgica”.

Dário Berger, *Diário Catarinense* de 2 de junho de 2005.

“Abri a ‘caixa preta’ dos transportes quando assumi a prefeitura. Mas tem que desmistificar o termo, que não é só sacola cheia de dinheiro ou corrupção como pensam”.

Dário Berger, *Diário Catarinense* de 2 de junho de 2005, sobre o Sistema Integrado de Transporte.

“No meu governo, vocês não vão ver polícia batendo em estudante”.

Governador Luiz Henrique da Silveira, *O Estado* de 6 de julho de 2004, em entrevista coletiva concedida na véspera, quando rebateu às declarações de que a Polícia Militar estava sendo omissa no controle das manifestações em 2004.

“Tivesse havido alguma morte ou ferimento grave, os mesmos críticos de sempre diriam que estávamos a rasgar o nosso discurso e a nossa bandeira, a usar de violência desnecessária contra estudantes indefesos. São os apologistas da democracia do cassetete”.

Luiz Henrique da Silveira no jornal do PMDB, acusando a oposição, representada principalmente pela ex-prefeita Ângela Amin (PP), de considerar uma “fraqueza” a revogação dos aumentos das tarifas de transporte coletivo, julho de 2004.



Alunos da UFSC fizeram protestos e organizaram passeatas no campus. Manifestantes e policiais em frente ao prédio da Câmara Municipal, em noite quente da primeira semana do movimento

Protesto é reprimido no Tican

PM reagiu às manifestações em Canasvieiras com ameaças, confrontos e arbitrariedades

Por falta de opção, ou por não ter pensado seriamente sobre o assunto, o fato é que o Governo do Estado construiu a Escola Jovem de Canasvieiras, de Ensino Médio, praticamente do lado do terminal de ônibus (Tican). A posição estratégica facilitou a organização para os protestos que fecharam o terminal e para as caminhadas de sete quilômetros até o pedágio da SC-401. A resposta das autoridades foi violência e arbitrariedade contra os estudantes.

No primeiro dia de manifestação, terça-feira, dia 31, houve pancadaria e prisões. Um aluno de 16 anos, que tentou furar o bloqueio da tropa de choque, foi agredido e levado pela polícia. Funcionários da empresa Canasvieiras Transportes também partiram de socos e chutes para cima de um manifestante, que desmaiou. Cinco professores da Escola Jovem estavam junto com os alunos. No dia seguinte, nenhum deles apareceu. A Secretaria de Estado de Educação e Inovação mandou adverti-los de que, se não se afastassem dos protestos, seriam demitidos.



Não faltou disposição para os estudantes que protestaram por mais de três semanas

Histórias reais

Luzalídia Ribeiro Cravo, gestora social do Norte da Ilha pela Ufeco (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) estava no Tican quando a tropa de choque chegou, sem identificação no uniforme, e foi procurar o capitão Arruda.

- Onde está a identificação? - perguntou ela.
- Por que você quer saber? - ele respondeu, acrescentando que não precisava de identificação porque a tropa sabia quem ele era. Quando insistiu, Luzalídia recebeu a resposta: "os soldados não têm dinheiro para pagar o bordado da identificação". Luzalídia procurou a Corregedoria, órgão que fiscaliza as ações da polícia. Foi informada de que a falta de identificação dos policiais é totalmente arbitrária e conse-

lhada a fazer uma denúncia por escrito. Fará.

Na quarta-feira, 1º de junho, cerca de 50 policiais estavam no Tican. Foram conversar com estudantes para combinar como seria a manifestação. Só era permitido protesto comportado. Fechar o terminal ou a rodovia SC-401 acarretaria repressão. Três jovens que tinham acabado de chegar negociavam com o capitão Norberto, chefe da operação quando o capitão Nolasco apareceu e apontou o dedo para eles: "se alguém entrar na rodovia eu prendo vocês três".

Priscila, de 15 anos, estava dentro de um ônibus que saía do Tican quando gritou para os policiais: "vai pegar uma enxada e vai trabalhar!". Um carro com oito policiais parou o ônibus e, os oito, retiraram a menor de dentro para levá-la à delegacia. Ela ficou detida das 11h às 16h. Quando a mãe de Priscila chegou para buscá-la, a escritora falou: "por favor, leve esta menina daqui, ela não calou a boca um minuto!".

Lidiane Chagas, 23 anos, estudante do primeiro ano do ensino médio noturno, foi para a aula de carona por volta das 21h20 de quinta-feira. Na esquina da escola foi abordada por policiais. "Sabia quem eram os líderes do movimento?", "sabia se tentariam fechar o terminal?". Foi revistada e encontraram uma câmera filmadora em sua bolsa. Disseram que levasse a câmera embora ou não entraria na escola. Todos os estudantes foram revistados. Pouco antes houve protestos e confronto com a polícia. Um manifestante soltou fogos de artifício nos policiais, mas atingiu uma moradora. Mais tarde, o diretor passou de sala em sala suplicando aos alunos que fossem embora "porque a polícia disse que ia invadir".



Manifestantes fecham principal avenida que dá acesso às pontes e se dirigem ao Tican

Albino denuncia agressões e acredita que imunidade parlamentar corre risco

A CPI dos Transportes, sugerida pelo vereador Márcio de Souza (PT) no ano passado para investigar o preço das passagens e o Sistema Integrado de Transportes saiu da gaveta fervendo em meio às manifestações dos estudantes e finalmente foi instaurada no dia 20 de junho. A comissão é formada pelos vereadores João Bittencourt (PSDB), Xande Fontes (PP), Jaime Tonello (PFL), Márcio de Souza (coligação PT-PL-PCdoB) e Juarez Silveira (coligação PMDB-PTB). Apesar de a bancada do PP ter tentado barrar a CPI pela suposta falta de um fato determinado, a instauração do inquérito foi aprovada por 11 dos 16 vereadores. "Não havia condições políticas para emperrar o processo", diz Ângela Albino (PcdoB), que sofreu agressões da polícia na primeira semana de manifestações.

Na segunda-feira, 30 de maio, conta a vereadora, estava na sessão da Câmara quando manifestantes chegaram. Desceu, conversou pacificamente e eles começaram a dispersar. Foi quando a polícia atacou. E atirou. "Disseram que foi bala de borracha, mas nunca vi uma bala de borracha perfurar uma calça jeans, como aconteceu com um menino", denuncia a vereadora, acrescentando que os policiais negaram-se a socorrer o ferido. No tumulto, ela também foi atingida pelas bombas de gás lacrimogêneo e ficou com um hematoma no braço. Outros dois estudantes foram atingidos naquele dia. Jorge Silva, presidente do Centro de Estudos Cultura e Cidadania (Cecca), ONG atuante nas áreas de ecologia, políticas públicas e direitos humanos, teve dois dentes e o maxilar perfurados por bala e deve fazer uma cirurgia. Uma estudante de 16 anos apresenta três marcas de tiro com bala de borracha nas costas.

Albino responsabilizou o Governo do Estado por criar a situação de caos em Florianópolis. "Tivemos presos políticos nesta cidade", e denuncia que os estudantes presos sofreram tortura psicológica. "Tiago Andrino, presidente da UCE, foi colocado em uma cela junto com um assassino que não tem direito nem a tomar sol de tão perigoso, e as meninas foram ameaçadas de irem para celas com lésbicas violentas", acusa.

Para ela, a ação de vândalos no meio das manifestações é suspeita. "A participação de baderneiros foi organizada e a mando, só não se sabe de quem, mas tivemos informações de dentro do governo que eles fazem parte do narcotráfico", acusa. Além disso, diz ter sido incluída em uma lista da PM com 100 pessoas, que são a prioridade nas prisões - caso forem flagradas em alguma manifestação. "Meu telefone está grampeado, como o da maioria dos vereadores e, de dentro do governo, disseram que eu não saísse para as manifestações, porque não havia como garantir a minha segurança". Ângela Albino diz que está na lista porque, na opinião da polícia, extrapolou seu direito de imunidade parlamentar. A PM nega a existência dessa lista. "Não tenho conhecimento de lista nenhuma. Não estamos caçando bruxas", contestou o coronel Mário César de Oliveira, responsável pelo setor de comunicação da Polícia Militar.

Textos: Francis França



Reação desmedida: estudantes são revistados em basculante pela PM, como marginais, presos sem qualquer explicação e, apavorados, conduzidos em camburões à Central de Polícia da Capital

Mães protestam contra prisões

Atuação da OAB, UFSC e Igreja não evitou que os manifestantes acabassem no presídio

Logo no começo da manhã da sexta-feira, 3 de junho, a rua em frente à Central de Polícia de Florianópolis já estava cercada de manifestantes que faziam vigília e protestavam contra a prisão de 16 jovens na noite anterior. Algumas pessoas nem dormiram, passaram a madrugada por ali. O advogado Prudente Silveira de Melo, indicado pela OAB para acompanhar as prisões, foi uma dessas pessoas. De acordo com ele, as detenções efetuadas são ilegais. Ele assegura que os próprios policiais reconhecem que nenhum deles praticou crime algum. "Eles foram pegos como bode expiatório, não participaram das depredações, a PM não capturou nenhuma pessoa que fez depredação, foram presos porque ficaram parados", acusou. Melo ainda informou que entre os 16 presos, quinze foram enquadrados por "obstruir a atividade de circulação de ônibus" e um, Thiago Andrino, por "incitação à violência".

No período da tarde, a confusão estava armada. Poucas pessoas de fato sabiam como estava a situação dos detidos. As informações divulgadas eram confusas e poucos tinham acesso aos jovens detidos. Advogados da OAB tentavam acalmar os ânimos e explicar como funcionava a burocracia nesses casos: a Polícia Militar entrega os detidos para a Polícia Civil, que lavra o auto de prisão em flagrante. Depois são colhidos os depoimentos dos policiais e dos presos. O delegado encaminha os detidos para o presídio e o auto de prisão para o Judiciário, que vai decidir o que fazer: manter no presídio, estipular uma fiança ou deixar os detidos em liberdade.

Durante todo o tempo, a OAB, representantes dos manifestantes e lideranças políticas negociavam um relaxamento para que os detidos não fossem levados para o presídio, mas diretamente para o fórum. Muitos deles estavam convictos de que eles não seriam transportados para o presídio, tanto que espalharam a versão de que os presos seriam levados para a 3ª Delegacia de Polícia, no Estreito, para serem liberados. Em troca, a polícia pedia que os manifestantes não se concentrassem em frente da Central de Polícia.

O padre Wilson Groh, conhecido por sua militância em comunidades pobres da cidade, apareceu para visitar os detidos. A pró-reitora de Assuntos Estudantis da UFSC, Corina Espíndola, também foi até a Central para intervir pelos estudantes. Ela informa que o reitor Lúcio Botelho fez contato com o governador e o delegado para relaxar a prisão dos estudantes, mas não obteve sucesso. Durante um bom tempo, a pró-reitora permaneceu ao lado da mãe da estudante de Psicologia Cíntia Ertel Silva.

Familiares- A mãe de Elisiane Aires de Melo, uma das estudantes detidas, estava desesperada e desamparada com a situação. Maria Albina Aires não sabia com quem contar e nem o que fazer. Ela amarrou suas próprias mãos com uma corda e segurava o cartão estudantil de transporte da filha como forma de protes-

to. Ela gritava, chorava e recebia a solidariedade de outros manifestantes. Afastada do trabalho por problemas de saúde, fala com dificuldade sobre sua filha. Elisiane faz o Curso Técnico de Meteorologia no Cefet de São José e estuda Pedagogia na Unisul. Com apenas 22 anos, ela já trabalha na OAB: ganha R\$ 280 de salário, paga R\$ 300 de mensalidade para a Unisul e ainda gasta com transporte entre sua casa, no Saco dos Limões, a faculdade e o trabalho. "Minha filha não é bandida para estar presa, ela é uma menina estudiosa e trabalhadora, ela tem o direito de protestar".

Ao seu lado, a mãe do jovem Pablo Brum, Mara Denise Brum, também tentava obter alguma informação. O filho tem uma rotina parecida a de Elisiane: faz o Curso Técnico em Meio Ambiente em São José, trabalha em uma loja de materiais esportivos, próxima ao Shopping Beira Mar e ganha salário de R\$ 500. Com o dinheiro, tem que pagar o transporte entre sua casa na praia da Armação (sul da ilha), o trabalho (no centro da cidade) e a escola (em São José). Mara lamentava que o filho tinha que passar por essa situação só por estar "lutando por uma vida mais digna". Lá estavam também os pais da jovem Patrícia Aparecida Bernardo, estudante do IEE, que ficaram juntos o tempo todo. A mãe, em prantos, não conseguia conversar. Nilton Bernardo, o pai, também muito abalado não conseguia falar muito, evitava falar com a imprensa e ficava recordando a filha, de apenas 18 anos.

Às 16h, um camburão pára em frente da delegacia central, os manifestantes decidem fechar a rua para evitar que os jovens fossem levados para o presídio. Um pelotão da Polícia Militar chega para acompanhar a manifestação. Com o tumulto criado, a mãe de Patrícia desmaia. Mas é alarme falso: os estudantes ainda não seriam transferidos, o camburão deixa o local e os manifestantes desocupam a rua e se mantêm na calçada em frente.

Após negociação, os manifestantes conseguem formar uma comissão de três integrantes para visitar os estudantes presos, entre eles o ex-vereador Nildomar Freire, o "Nildão" do PCdoB. O grupo fica na carceragem por cerca de 30 minutos e volta com notícias para todos: "Eles estão assustados, desesperados, não querem enfrentamento e todas as meninas estão chorando", relatou Iraldo Matias, um dos representantes na comissão, que faz pós-graduação em Sociologia na UFSC e é formado em design pela Udesc. "Estão querendo desmoralizar um movimento legítimo, esses jovens são bodes expiatórios", explicou. Matias disse ainda que as meninas estavam em uma sala trancada e os meninos em uma cela. "Quando eu cheguei, deu pra perceber que estavam desesperados, deu um nó na garganta, segurei o choro para passar segurança para eles", disse emocionado.

Às 17h35, dois camburões estacionam em frente da garagem da Central de Polícia. É o momento da transferência dos estudantes. O desespero toma conta de todos. Estudantes, pais e amigos começam a chorar. Até os servidores da delegacia, que acompanhavam tudo das janelas, também choram. Os manifestantes começam a aplaudir e gritar o nome de cada detido quando eles são jogados dentro dos camburões. A polícia militar e a civil cercam os dois carros, que logo saem a toda velocidade e sirenes ligadas pela avenida Osmar Cunha. Alguns acreditavam que

eles seriam levados até o Estreito para serem libertados, outros achavam que os camburões iam ficar circulando até os trâmites legais serem executados. Mas eles foram diretos para o presídio da Agrônômica. No dia seguinte, em uma reunião reservada entre as lideranças do movimento, Marcelo Pomar resumiu como os estudantes foram tratados:

"Eles foram humilhados, tomaram tapas na cabeça, nas nádegas, ficaram ajoelhados, nus, por uma hora e ficaram no setor mais sujo do presídio".

Caminhada- Depois da pirotecnia policial, os manifestantes seguiram em marcha para a avenida Mauro Ramos em direção à avenida Beira Mar. Outro grupo que estava reunido desde o começo da tarde em frente ao Ticen, por volta das 20h também se dirigiu para a Mauro Ramos, passando pela Assembleia Legislativa. Uma terceira frente saiu logo depois do Terminal Central em direção à rua Esteves Júnior, circulando pelo centro da cidade e passando em frente ao Colégio Catarinense, todos se encontraram no cruzamento da avenida Beira Mar, em frente ao centro comercial. A manifestação retoma a caminhada de volta e chega ao Ticen, ocupando toda a Beira Mar.

Na frente do terminal, é realizada uma assembléia para definir as atividades da semana seguinte. Enquanto isso, um grupo de estudantes vai até o Centro Integrado de Cultura, onde acontece o Festival Audiovisual do Mercosul (FAM), para arrecadar dinheiro da fiança. Por ironia, quatro detidos são estudantes de Cinema da Unisul, que estavam produzindo um vídeo sobre as manifestações. Quando os estudantes são liberados, eles vão até o CIC agradecer, provocando comoção entre os participantes do festival. No Ticen, a assembléia é interrompida para aplaudir os estudantes libertados.

Mais confronto- A assembléia fica esvaziada e os manifestantes começam a ensaiar uma dispersão. Um grupo de crianças bota fogo em uma catraca no meio da avenida Paulo Fontes. Com a confusão, ninguém sabe informar de onde surgiu a catraca. Os manifestantes tentam ir embora, mas alguns ônibus não estão saindo do terminal. Os moradores do continente não conseguem voltar para casa. Um fiscal da Cotisa, que não quis se identificar, informa que a própria prefeitura "mandou reter os ônibus", que se dirigiam para o continente. "Eles estão saindo sem horário determinado do Centro Sul, quando acumula gente". Algumas pessoas, para ir embora, tentam pular a catraca, mas a polícia age rapidamente. A correria se instala e as lideranças tentam organizar a dispersão.

Às 22h15, os policiais jogam bombas de efeito moral para o alto. Um adolescente de 15 anos é ferido no ombro, outro é ferido na perna por estilhaços de bombas. Uma frente policial monta um cordão de isolamento e fecha as entradas dos terminais. Vários destacamentos da PM localizados em diversos pontos deixam os estudantes encurralados entre o Ticen e o camelódromo, no calçadão da avenida Paulo Fontes. Enquanto os estudantes cantam o hino nacional e gritam "violência não", a tropa de choque caminha em direção a eles, jogando bombas e atirando. Cada um corre para um lado na tentativa de se defender. Os militares também hostilizam a imprensa: tentam evitar as filmagens e as fotografias. Em todo o centro, estudantes são retidos para serem revistados. Pelo menos sete pessoas foram presas e encaminhadas para a 6ª Delegacia de Polícia, na avenida Mauro Ramos. Cinco menores foram liberados com a presença dos pais e os outros dois maiores foram liberados sem defesa e fiança.



PMs rendem jovens sem nenhuma acusação



André Moura, um dos líderes do movimento é preso no primeiro dia de protestos, Afrânio Boppré acompanha estudantes detidos e Alex Nunes, da TV Floripa, é ferido na orelha enquanto filmava

Boppré condena governo e mídia

Deputado vê retorno de uma ditadura disfarçada e acha que a imprensa distorceu fatos

“Quando cheguei, tinha três estudantes presos por P-2 (policiais sem farda, à paisana). Um deles estava levando uma ‘gravata’ do P-2 e gritava, porque seu megafone, nas mãos do policial, era pressionado contra seu pescoço. Entrei para separar e fui empurrado pelas costas por outro policial. Agarrei-me a ele e fomos ao chão. Quando levantei, veio um grupo de policiais para cima de mim...”. O relato não é de outro estudante que manifestava sua revolta contra o aumento das passagens do transporte coletivo em Florianópolis. Quem narra esta cena de violência e confusão é o deputado estadual Afrânio Boppré (PT), candidato a prefeito da cidade na última eleição. No dia 1º de junho, em sessão extraordinária no plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o deputado denunciou a violência policial contra os manifestantes e cobrou ações do governo.

Boppré conta que participava de uma sessão solene na Alesc na noite de segunda-feira, 30 de maio, quando, por volta de 20h30, foi avisado de que havia, nas proximidades do Terminal Cidade de Florianópolis, um conflito entre policiais e manifestantes que protestavam contra o aumento de 8,8% em média nas passagens do transporte coletivo da cidade, implementado no dia anterior. Segundo o deputado, a situação estava contornada e os estudantes começavam a se dispersar organizadamente. “Ainda havia um grupo de cerca de vinte estudantes, quando Mário César Simas, comandante tenente-coronel da Polícia Militar, deu a ordem para que a polícia prendesse os que restavam no local. Aí começou a correria dos PMs atrás dos estudantes e eu acompanhei de perto”, relata. Em seguida deu-se a cena já descrita: Afrânio Boppré tentou separar polícia e estudantes e se envolveu na confusão. O deputado estadual seria atacado por um grupo de policiais, não fosse pela presença do major Adriano Gilwan Coelho da Silva, que o reconheceu e impediu a ação. Quando a situação parecia resolvida, houve novo corre-corre e Boppré, acompanhado dos estudantes, sofreu ataque de *spray* de pimenta. “Os estudantes se agarravam comigo para que eu os ajudasse. Foi lamentável”, revolta-se.

Nem delegada, nem secretário, nem imprensa- Na Delegacia Geral da Polícia Civil, situada na rua Osmar Cunha, o deputado registrou boletim de ocorrência e tentou conversar com estudantes que foram detidos, mas foi impedido pela delegada Sandra Mara Pereira. “Ela me provocou e disse: ‘só se o senhor me empurrar e passar por cima de mim’”. Boppré acha que a delegada esperava que ele “criasse um fato” dentro da delegacia e, por isso, o deputado recuou e decidiu não insistir.

A delegada explica que, na Delegacia Geral da Polícia Civil, os policiais militares conduzem os detidos pela garagem e, num espaço de acesso restrito às atividades policiais, são registrados e fichados. Foi a este espaço que a delegada Pereira negou passagem ao deputado estadual. Ela nega que tenha provocado Boppré. “Este deputado quer se promover às custas da delegada Sandra Mara”, diz, enfatizando a auto-referência. Os estudantes foram enquadrados por incitarem a violência e impedirem a circulação dos ônibus. Para a delegada, o Movimento Passe Livre pode ser considerado formação de quadrilha. “Entendo que este movimento incita e comete crimes”, conclui. Pereira relata que muitas pessoas procuraram a delegacia, alegando terem o carro riscado por manifestantes. Os três estudantes presos tiveram que pagar R\$ 1,5 mil de fiança cada um e só saíram da delegacia de madrugada.

O deputado Afrânio Boppré também se mostra contraria-

do com a posição do governo estadual e da imprensa local. “Liguei para o secretário estadual de segurança pública (Ronaldo Benedet) três vezes. Ele me disse: ‘ah, eu não posso fazer nada, agora estou em Paris’. Pedi que ele mandasse que algum comandante falasse comigo. Infelizmente nada foi feito”, indigna-se. Ronaldo Benedet, secretário de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, esteve em Paris para participar da 22ª Conferência Européia da Associação Internacional dos Chefes de Polícia. Quanto à imprensa, o deputado alega que a “novela” foi contada de uma forma distorcida. Ele entrou em contato com a redação dos dois principais diários do estado e acha que a imprensa contornou os fatos. Em um destes jornais, o fato saiu de maneira reduzida e, no outro, nenhuma palavra sobre o assunto foi publicada no dia seguinte.

Boppré comentou a nota oficial do prefeito Dário Berger (PSDB), na qual ele alega que, ao aplicar o aumento, está cumprindo uma decisão judicial herdada da prefeitura anterior: “A justiça autorizou o aumento da passagem, não obrigou o aumento. Ele poderia não fazer. Ele criou um discurso na campanha eleitoral que não pôde honrar, pois está comprometido com as empresas de ônibus, tal qual o governo anterior”, rebate o deputado, que usou o tempo a que tinha direito em plenário para exibir imagens de Alex Antunes, da TV Floripa, que mostravam o enfrentamento entre a polícia e os estudantes. As imagens chamavam a atenção pela violência, no uso de bombas de gás e cassetetes pelos policiais e pedras por parte dos manifestantes. Uma cena, capturada em detalhes, mostrava um policial imobilizando um estudante contra o chão e socando-o covardemente. Outra cena registrava o momento em que o estudante L.H.V., que mais tarde seria diagnosticado com traumatismo craniano, caía no asfalto. “Ou o governador toma conta da situação ou vai acontecer o pior. Se ele se omitir, estará subscrevendo estas agressões”, sentenciou Boppré.

Na onda do assunto que palpitava na Alesc, o deputado Joares Ponticelli, líder do PP, cobrou as promessas de campanha de Dário Berger: “ele não iria abrir a caixa preta do transporte coletivo?” e fez acusações ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). “Um comportamento como este (da polícia militar) só poderia ter saído de alguém que serviu o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) por quase uma década”, bradou no plenário, referindo-se à atuação de Luiz Henrique da Silveira, então recém-formado em Direito, no famoso órgão de polícia política da ditadura militar do governo federal, entre 1958 e 1966.

Os aliados do governador também se manifestaram. O deputado Manoel Mota, líder do PMDB, deixou de lado a violência da polícia para ressaltar a dos estudantes. “A polícia soltou bomba, sim. Mas choviam pedras. Cada pedra enorme! A polícia precisava manter a ordem.” O deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo na Alesc e ex-secretário estadual de segurança pública, se negava a acreditar que o governador tenha dado a ordem para que a polícia batesse nos estudantes: “acirramento de ânimos de parte a parte. Apenas isso.” Houve quem recorresse a momentos de violência extrema como o do regime militar ao tratar do que aconteceu em Florianópolis. “É o retorno a uma ditadura disfarçada”, lamenta o deputado Boppré.

Thiago Macedo

Grupo realiza manifesto na secretaria de transportes acorrentando-se a móveis

Cerca de 20 manifestantes, a maioria ligada ao movimento Passe Livre, ocuparam a Secretaria Municipal dos Transportes na tarde de 14 de junho em mais um protesto contra o aumento das passagens de ônibus em Florianópolis. Os manifestantes montaram uma barraca no corredor do quinto andar do edifício Barra Sul, na avenida Rio Branco, centro da cidade, onde fica a secretaria. Acorrentaram-se em bancos, mesas e cadeiras na ante-sala do gabinete do secretário e gritavam palavras de ordem, como “vou resistir, vou resistir e a tarifa vai cair”.

Para ocupar a secretaria, os estudantes planejaram uma estratégia. Saíram em duplas de um “QG” (local da cidade não divulgado), dispersaram-se pelo centro e foram entrando

aos poucos no prédio da secretaria, cada dupla dirigindo-se a um andar diferente. Às 14h15min, horário marcado, reuniram-se na escada que dá acesso ao quinto andar e entraram todos de uma só vez, com a orientação de acorrentarem-se ao primeiro objeto que tivessem acesso.

Os funcionários da Secretaria Municipal de Transportes assistiram à movimentação e, em seguida, chamaram a polícia. “Fiquei assustada. Não sabíamos o que estava acontecendo porque eles só falaram depois. Pedi que saíssem, mas eles

não atenderam”, relata Eleonora Franzoni, funcionária da secretaria. A Polícia Militar chegou ao prédio em seguida, mas não fez nenhuma ação contra os manifestantes.

Logo depois da ocupação, duas lideranças do movimento Passe Livre – o advogado Matheus de Castro e o estudante Marcelo Pomar – foram atendidos por assessores do secretário municipal de Transporte, Norberto Stroisch Filho. Segundo Castro, o secretário classificou a manifestação como uma “visita” dos estudantes. Para os manifestantes, o subsídio proposto pelo prefeito Dário Berger não é suficiente e o objetivo dos protestos continua sendo a revogação imediata do reajuste de 8,8% em média nas tarifas do transporte. “O caos na cidade é devido ao aumento nas tarifas e não às manifestações”, justifica o advogado Matheus de Castro.

No início da ocupação os estudantes planejavam permanecer na secretaria até a revogação do decreto que permitiu o aumento das tarifas. Mas o protesto terminou no final do dia de forma pacífica. Ameaçados de serem retirados pela Polícia Militar, os próprios estudantes removeram as correntes e abandonaram o prédio da secretaria.

Emília Chagas



Manifestação pacífica na secretaria

Wladimir D'Andrade - Zero



No centro de Florianópolis, coquetel molotov é arremessado em direção à Câmara Municipal, enquanto outros manifestantes usam ironia para protestar e simulam ação violenta da Polícia Militar

Balanco do dia 9: 28 detenções

Dia começou com provocações do prefeito e terminou com repressão, prisões e destruição

Desde o começo da semana, a manifestação de quinta-feira, 2 de junho, já estava sendo convocada por todos os meios possíveis: pelo sítio do Centro de Mídia Independente, cartazes e boca-a-boca. A pretensão dos organizadores era fazer um grande ato de protesto. Logo de manhã, a cidade acorda com provocações do prefeito de Florianópolis, Dário Berger: "Enquanto eu for prefeito de Florianópolis ninguém fecha as pontes. Não sou nenhum 'bocó'. Ninguém vai fazer 'xixi' na minha perna". Soma-se a provocação do prefeito com a determinação da Polícia Militar em reprimir com toda força o movimento, chega-se ao saldo final: vários estudantes feridos, terminais quebrados, bancos apedrejados, quebra-quebra, correria e mais de duas dezenas de prisões.

19h - Após assembleia que teve início às 18 horas, estudantes marcharam pela avenida Paulo Fontes em direção à avenida Beira Mar. Dirigentes do movimento avaliam que existem cerca de 10 mil estudantes. Um grupo de manifestantes (cerca de 500 pessoas) chega em frente ao terminal rodoviário Rita Maria e ocupa a rodoviária para chegar mais facilmente até as pontes Pedro Ivo e Colombo Salles. Lá dentro são interceptados, impedidos de passar e dispersados pela tropa de choque, ainda na garagem da rodoviária.

19h25 - Na rua Antônio Pereira Oliveira Neto, ao lado do terminal Rita Maria, a PM chega com a tropa de choque para a barrar a passagem da passeata. Nesse momento os manifestantes ensaiam uma caminhada até as pontes. São formadas várias colunas de estudantes que caminham de mão dadas, gritando palavras de ordem. A Polícia Militar esquenta os ânimos e começa o primeiro confronto. Policiais atiram bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. Manifestantes respondem com rojões, pedras e paus. Os PMs atiram com balas de borracha para cima e contra os manifestantes, que correm em direção ao Hotel Intercity e a Praça da França. Um dos estudantes pega uma bomba de efeito moral que ainda não tinha detonado e devolve aos policiais. A bomba explode na linha de frente da PM e muitos comemoram. Parte dos manifestantes reagem à agressão policial e outra parte pedia para parar o revide. Um manifestante é ferido na cabeça.

19h35 - Rojões são jogados contra a cavalaria. Como os cavalos ficam assustados, a cavalaria é obrigada a recuar, mesmo assim, a tropa de choque avança provocando o recuo e a dispersão dos manifestantes. Uma fila de estudantes se ajoelha em frente à tropa de choque e todos começam a cantar o hino nacional. Mesmo assim a fila é dispersa com as bombas e tiros. Muitos correm em direção à rodoviária ou ao posto de gasolina Esso (que fica na frente do terminal) e ao longo das duas vias da avenida Paulo Fontes. Policiais atiram (balas e bombas) contra manifestantes e populares que tentam se proteger dentro do posto. As pessoas gritam para parar os tiros e não provocar incêndio. Nesse momento os manifestantes dispersos começam a se concentrar novamente em frente ao terminal integrado do centro - Ticen.

19h50 - Em frente ao Ticen, a estudante Amanda, uma das lideranças e integrante do Movimento Passe Livre, entra em estado de choque e desmaia. Um enfermeiro que passava pelo local presta socorro imediatamente.

20h05 - Os manifestantes voltam a fazer assembleia e decidem ocupar o Ticen. Alguns tentam forjar a entrada na plataforma B do terminal central. Começa uma confusão e quebra-quebra. A resposta dos seguranças particulares da Cotisa é imediata. É o segundo confronto. Estudantes começam apedrejar vidros, guaritas, quebram lixeiras, placas de sinalização, cercas e tudo que encontram pela frente. Os seguranças respondem com as mesmas pedras atiradas pelos manifestantes. Alguns deles tentam impedir o quebra-quebra. Mas

nesse momento a manifestação já está sem controle. Seis seguranças acam um estudante dentro do terminal e o agredem.

20h10 - A tropa de choque chega e boa parte dos estudantes parte para a plataforma A. A troca de agressões entre seguranças e manifestantes continua. O quebra-quebra também: algumas cercas são derrubadas. Carla Santos Ribeiro, estudante da UFSC, leva uma pedrada na testa e é levada para o Hospital de Caridade, onde é feito curativo. Os estudantes recuam e começam a se dispersar.

20:20h - Um grupo de estudantes começa a destruição do prédio da Cotisa, consórcio das empresas de ônibus. As portas de vidros são quebradas e as cercas derrubadas. Os semáforos em frente ao Largo da Alfândega são destruídos. Novamente a tropa de choque provoca a dispersão do pessoal, que se defende com pedras tiradas do calçamento que dá acesso ao terminal. Nesse momento, a tropa de choque vem com força total e provoca a dispersão por todo o Largo da Alfândega, pelas ruas Conselheiro Mafra e Trajano, pela Praça XV e o Terminal Cidade de Florianópolis, antigo terminal central. É o terceiro confronto. Alguns manifestantes quebram os vidros do posto policial do Largo da Alfândega e de guaritas do antigo terminal. O carro de som está próximo do terminal. De cima do carro, um dos líderes pede para que o motorista não saia do local: "Não motorista, não vai embora". Sem sucesso, o motorista acelera em direção contrária aos manifestantes.

20h35 - Com o avanço dos PMs, os manifestantes são tomados por um pânico generalizado e correm para a Praça XV. Alguns começam a apedrejar o antigo prédio da Câmara Municipal de Florianópolis. Um grupo de policiais - que estavam isolados e sem escudo - fica encurralado em frente à Câmara e se protegem atrás dos carros que estavam estacionados. Os carros também são apedrejados. A porta da Câmara é arrombada e um manifestante joga um coquetel molotov. Começa um princípio de incêndio. Nesse momento a polícia de choque está muito perto dos manifestantes. Uma pessoa ainda fica dentro da Câmara apagando o fogo.

20h40 - Manifestantes apedrejam as portas do banco Bradesco. A grande maioria corre em direção às ruas Anita Garibaldi, Saldanha Maranhão, Ilhéus, Padre Miguelinho e no largo da Catedral Metropolitana. A polícia conduz os manifestantes dispersos em direção à Praça Getúlio Vargas, com tiros de bombas e pistolas.

20h45 - Um destacamento da Polícia Militar se concentra em frente ao Teatro Álvaro de Carvalho e marcha ao longo de toda a rua Marechal Guilherme, enquanto outros grupos patrulham pelo centro da cidade. Os manifestantes totalmente dispersos correm pelas ruas do centro se protegendo e fugindo das agressões.

20h55 - Policiais se concentram em frente à Câmara, alguns reclamam que levaram pedradas nas pernas. Nesse momento, na Praça XV e no terminal Cidade de Florianópolis o ambiente está muito silencioso, depois de duas horas de gritaria, carro de som, bombas, tiros e cavalaria. Os manifestantes estão dispersos pelo centro cidade. Alguns estudantes procuram pelos seus colegas e exibem os ferimentos. Alguns choram e muitos vão embora. Um policial entra no meio dos estudantes e começa uma provocação. Por pouco não foi agredido. A cena é de um tsunami que devastou o centro da cidade, a calçada da Câmara está coberta de pedras.

21h05 - Os estudantes começam a voltar para frente do Ticen. Seguranças da Cotisa passam, em fila, em frente aos ma-

nifestantes e são vaiados. Um grupo de cobradores e motoristas assiste a tudo dentro dos terminais.

21h50 - Depois de uma breve assembleia com apresentação e defesa de propostas, cerca de mil manifestantes começam a caminhar rumo ao prédio da Prefeitura Municipal. Os demais estudantes já tinham ido embora ou estavam dispersos pelo centro da cidade.

22h - A polícia reage prontamente e marcha em direção aos manifestantes, atirando bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha: é o quarto confronto do dia. Começa novo pânico e correria. Genélio dos Santos, 31 anos, estava passando pelo local e recebeu um tiro no rosto, que não soube precisar o que era. A bala atingiu sua boca, que sangrava muito. Com a camiseta ele estancava o sangue e caminhava para todos os lados desorientado. "Acabei de sair do trabalho, não tenho nada com isso, eles não podem sair por aí atirando em qualquer um", gritava desesperadamente. Indignado, vai tomar satisfação da PM, mas é hostilizado pelos policiais. "Cala boca, bunda mole", manda um policial.

22h05 - Na esquina das ruas Bento Gonçalves e Conselheiro Mafra, cerca de 100 metros da prefeitura, dez jovens são presos e colocados contra a parede para serem revistados. A maioria estava escondida em uma casa, se protegendo dos tiros e bombas. A imprensa acompanha a prisão dos manifestantes, mas em alguns momentos a polícia tenta evitar as filmagens e fotografias. Um dos presos, que foi capturado por um policial à paisana, reclama que foi agredido. Os estudantes detidos estavam de cabeça baixa e alguns choravam. Outros tentavam conversar com os policiais para saber o que estava acontecendo, como resposta obtinham apenas que estavam "cumprindo ordens". A estudante Patrícia Aparecido Bernardo, 18 anos, estava acompanhada de mais duas amigas, uma de 21 e outra de 17 anos. Enquanto estava sendo revistada, tentava entender por que estava sendo presa. A resposta dos policiais era que elas estavam participando da "baderna" e da "quebradeira" na cidade. Apesar de negar que tivesse sequer atirado uma pedra, os policiais continuavam com a revista. Patrícia, que é estudante do Instituto Estadual de Educação, chorava e pedia para alguém fazer alguma coisa: "A gente não fez nada, só estava se escondendo para não ser atingido e os PMs já chegaram dando ordem de prisão".

22h10 - Um ônibus da Polícia Militar chega para levar os estudantes detidos. Lá dentro cerca de dez pessoas já estavam presas. Alguns manifestantes que estavam próximos protestam. Eles são encaminhados para a Central de Polícia da Capital.

22h30 - Em frente ao Ticen, os estudantes fazem assembleia e decidem ir embora fazendo um "catracaço", ou seja, pulando as catracas dos terminais. Mesmo com a debandada dos estudantes, a tropa de choque aparece e promove novo pânico. Em resposta, os populares começam a vaiar a PM.

23h00 - Um estudante, que estava detido na Central de Polícia, é encaminhado para o Hospital Celso Ramos. Ele estava com o braço machucado. A imprensa foi impedida de entrevistá-lo.

23h20 - Foram presas pelo menos 28 pessoas, das quais 12 menores, que foram encaminhados para a Vara da Infância e da Juventude, na Agrônoma, e liberados com a presença dos pais. Os 16 maiores ficaram detidos na Central enquanto 100 pessoas se concentravam em frente da Central de Polícia.

Alexandre Brandão



Numa das várias assembléias que os estudantes fizeram durante os protestos, grupo de teatro simula as agressões feitas pela Polícia Militar e a camiseta do manifestante estampa "democracia"

Um protesto de todas as classes

Na luta pela redução das tarifas, população se mobiliza e faz crescer movimento estudantil

A carioca Graziella Farinazo participa pela primeira vez de uma manifestação pública desde que chegou em Florianópolis há seis meses. Na noite de quarta-feira, 1 de junho, ela saiu de Beira Mar e Malho Ramos. Para sorte dela e dos demais, essa quarta-feira, foi uma das poucas que os confrontos entre policiais militares e estudantes não foram graves. Mesmo assim ela é categórica: "A PM de Florianópolis é muito covarde, o povo não está armado", disse a estudante de 18 anos, do Colégio Energia. Graziella reclama que sempre tem "uma meia dúzia que estraga", se referindo às depredações. Ela não sabe se a manifestação terá algum resultado, mas se anima com a iniciativa popular. "Pelo menos estamos fazendo alguma coisa e não esperando as decisões serem tomadas por cima".

Já a estudante Gracieli Fernandes tem uma certeza: o movimento é contra a violência. Ela mora em Coqueiros, tem 16 anos e estuda no Instituto Estadual de Educação. Durante uma pausa entre os confrontos da quinta-feira, 2 de junho, ela conversava em frente ao Ticen com um grupo de amigos da Escola Getúlio Vargas. Para a estudante do IEE, "não são muitos os que vêm para quebrar". Sua colega, Marília Dias, que estuda no Cepu e trabalha de operadora de caixa no bairro Costeira, explica porque se juntou aos manifestantes: "Quem paga meu colégio sou eu, por isso estou aqui protestando". Marília paga cerca de R\$ 150 de mensalidade do colégio e ainda tem que pagar as passagens de ônibus. "Cinco reais por dia é muita coisa", afirma indignada.

Um grupo que acompanhava as manifestações de dentro do terminal também estava revoltado: os cobradores e motoristas. "Se os empresários das empresas de ônibus não derem o aumento pretendido pela categoria, nós vamos nos juntar aos manifestantes", avisava o cobrador Cleiton dos Santos, morador do Saco Grande II. Ele também afirmou que a grande maioria dos cobradores e motoristas é "totalmente" a favor da manifestação. Para ele, estão fazendo tudo certo, mas têm que tomar cuidado com os trabalhadores, já que muitos ônibus são apedrejados. Ele ainda explica: "Podem pular a catraca, não nos importamos, mas motoristas e cobradores não podem deixar porque senão vão para a rua". Perguntado sobre a opinião do grupo em relação à destruição da Cotisa, ele responde: "Olha para eles, estão todos rindo, não estamos nem aí".

Antoni, de 12 anos, circulava pelo centro da cidade pouco preocupado com as bombas e balas. O garoto, que estava sozinho, mora em Canasvieira e estava passeando pela Praça XV quando começou o confronto mais violento entre manifestantes e policiais. Para se defender, o menino se utilizava de um método antigo e eficiente: "Quando aparece um policial eu saio correndo".

Na noite de sexta-feira, 3 de junho, por volta das 23h, quando os estudantes tentam se dispersar, três jovens são detidos, jogados contra a parede e revistados, na rua Conselheiro Mafra. Dois deles são calouros da UFSC: Guilherme Silva Remor de Oliveira, cursa História e Eduardo José de Souza, Psicologia. Enquanto eles perguntavam o que estavam acontecendo, os policiais gritavam: "A gente tem toda autoridade para revistar". Guilherme conta que eles foram muito violentos e ainda "correram atrás dos fotógrafos que estavam fotografando a cena".

Alexandre Brandão



Estudantes abrem a "caixa-preta" dos transportes e fazem xixi na frente da prefeitura na segunda semana de manifestação

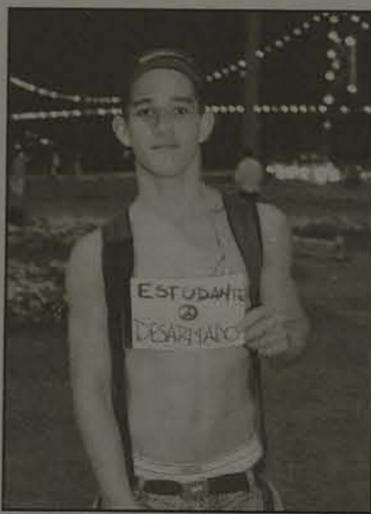
Estudantes usam ironia para protestar

Cerca de 500 pessoas faziam passeatas pelo centro de Florianópolis para protestar contra o aumento das tarifas de ônibus na quinta-feira, dia 9. Por volta das seis da tarde, chegaram em frente à prefeitura, abriram uma caixa preta e estouraram sacos amarelos que simbolizavam urina. O protesto foi uma ironia a duas frases do prefeito Dário Berger. Durante a campanha para as eleições municipais, Berger disse que assim que assumisse o cargo "abriria a caixa-preta do transporte público da cidade". E uma semana antes, quando os protestos estavam acontecendo, disse ao jornal Diário Catarinense: "Não sou nenhum bocó. Ninguém vai fazer xixi na minha perna e rir na minha cara".

Os protestos de quinta-feira – que começaram às três da tarde e terminaram por volta da meia-noite – foram pacíficos na maior parte do tempo. No auge das manifestações, estima-se que 4 mil pessoas pararam em frente ao Centro Sul, fechando uma das vias que dá acesso às pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Sales.

Os manifestantes estavam preocupados. Na semana anterior, 28 pessoas foram presas e houve relatos de abusos por parte da polícia. Alguns queriam ir até à ponte, outros preferiam fazer passeatas pelo centro da cidade. A tropa da PM estava a 200 metros, formando um cordão de isolamento na passagem até às pontes. O receio dos estudantes é que houvesse confronto com a polícia. Mesmo assim, a assembléia decidiu marchar para até às pontes.

Os estudantes foram marchando, cantando palavras de ordem e dançando maracatu. Chegaram a um metro do cordão de isolamento da polícia. As lideranças tentavam negociar a



Jovem não quer confronto com a PM

passagem. Enquanto isso, a tropa de choque se posicionou atrás do cordão de isolamento. E atrás da tropa de choque parou a cavalaria. O comandante da PM para a operação informou que havia dois mil homens.

Como a polícia não deixava que as pessoas passassem, a saída foi ficar ali mesmo. Uma parte dos manifestantes dançava ao som de maracatu, outra jogava capoeira. Havia até um grupo de teatro imitando os policiais.

Como a multidão estava muito perto da polícia, começaram a gritar: "com licença, com licença...". Ao verem que alguns oficiais começaram a rir, os estudantes gritavam: "Sorriso, sorriso...". Um dos policiais riu e os manifestantes aplaudiram e gritaram. O policial que estava

do lado só balançou a cabeça, não acreditando que o colega tinha sorriso.

Como a passagem estava obstruída pela polícia, aos poucos as pessoas foram dispersando. Outras foram até o Terminal Integrado do Centro (Ticen) e houve confronto com a polícia. No caminho, uma parte dos manifestantes jogou pedras e deu chutes nos ônibus. Em vez de parar no Ticen, correram em direção às pontes. A polícia barrou os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Uma acertou o ombro do repórter do Zero Alexandre Brandão.

Durante todo o tempo, a banda de maracatu não parava de tocar. Aos poucos, os estudantes foram dispersando. Quem morava por perto, voltou pra casa a pé. Quem morava mais longe, pagou a passagem de ônibus e foi embora.

Mauricio Frighetto

Dário pede repressão e governador acata. Começa o confronto

A Polícia Militar agiu de forma contundente ao conter as manifestações dos estudantes contrários ao aumento das tarifas do transporte público de Florianópolis. Em relação aos protestos do ano passado, foram mais prisões, mais bombas de gás lacrimogêneo e mais cenas de violência nas ruas, além das depredações. E o motivo disso é a proximidade política entre o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e o prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PSDB).

"O prefeito pediu ao governador para [a PM] agir com dureza e o governador passou o pedido ao coronel [Bruno Knihls]", diz José Augusto Gayoso Neto, diretor de Imprensa do governo do estado e assessor do governador. Ele recorda que tal solicitação nunca havia partido da ex-prefeita Ângela Amin (PP) quando da manifestação de junho do ano passado. Para ele, ainda que tivesse vindo a público sugerir uma atuação mais incisiva por parte da PM, tura de Dário Berger à Prefeitura.

Depois dos primeiros protestos desse ano, o prefeito chegou a afirmar que em sua administração não seria permitida a interrupção do tráfego de veículos nas pontes de acesso à ilha. E, ao contrário do ano passado, a Polícia Militar impediu o acesso dos manifestantes às pontes utilizando a tropa de choque e a cavalaria, além de um arsenal de balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo.

O sub-comandante da Polícia Militar, coronel Edson Souza, discorda da relação entre a solicitação da prefeitura e a ação da PM durante as manifestações. "O prefeito tem pleno discernimento de que a segurança pública é obrigação do estado e não do município", lembra Souza. Para ele, a decisão de impedir o fechamento das pontes e dos terminais de integração e garantir o direito de ir e vir da população durante os protestos partiu do comando da Polícia Militar. "Traçamos linhas de ação sustentadas na experiência do ano passado", assegura.

Apesar de defender que o confronto foi sempre tido como o último recurso, o sub-comandante Edson Souza assume que houve excessos. Um soldado está afastado e responderá a processo administrativo por ter agredido um manifestante, que chegou a desmaiar. "Essa ação não se justifica, uma vez que os policiais recebem treinamento para atuar realmente em momentos críticos como esse", exige. A realidade o contrariou: foi só o primeiro episódio.

Emília Chagas

Video do CMI revela imagens que a mídia omitiu dos protestos

O vídeo feito pelo Centro de Mídia Independente sobre os protestos na capital mostra o que não foi divulgado nos grandes meios de comunicação. Imagens de agressões de estudantes por policiais e dos principais momentos do protesto, como a tentativa de incendiar a Câmara de Vereadores e a prisão de alguns manifestantes, estão gravados no documentário *Amanhã vai ser maior*, feito em conjunto por Alex Antunes, Fernando Evangelista, Juliana Kroeger, Vinicius Moscão e Sarcástico. O documentário conserva a emoção de quem estava nos protestos, com cenas de correrias, bombas de efeito moral, confrontos com a polícia, incluindo também alguns depoimentos. Com 28 minutos, o vídeo está à venda em CD por R\$ 5,00 no sítio www.sarcastico.com.br.

Isadora Pamplona



Quando Florianópolis voltou a 1964

Manifestantes apanham, vão para o presídio, ficam ao lado de assassinos e são tratados como bandidos

O professor de matemática Edson Mayer deu aulas até às 8h45min na quinta-feira, dia 02 de junho. De jeans, camiseta marrom e mochila nas costas, passou pelas ruas do centro de Florianópolis e viu prédios, carros, placas quebrados. Isso aconteceu depois de a polícia dispersar — com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha — cerca de quatro mil pessoas que manifestavam contra o aumento da passagem de ônibus. Mayer se reuniu com cerca de 400 pessoas e pretendiam ir até a prefeitura continuar o protesto. Quando estavam na Conselheiro Mafra, rua estreita perto da prefeitura, um batalhão da PM apareceu na frente e outro os cercou por trás. Houve correria. Como não tinha feito nada, ficou parado do lado de um carro. Dois policiais jogaram Mayer no chão, pisaram no pescoço dele e disseram: "seu baderneiro, vagabundo! Tá preso".

Dezesseis pessoas foram presas na noite de quinta-feira. Ao todo, 28 manifestantes foram aprendidos pela polícia durante as manifestações em Florianópolis. A maioria relata abusos por parte dos policiais na hora da apreensão e dizem que não participaram das depredações. Prudente Mello, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), afirma que as prisões foram "ilegítimas, arbitrárias, e não foram feitas em flagrante". Mello acompanhou as manifestações e a entidade entrou com uma ação para relaxar as prisões. O que de fato aconteceu. Os presos foram soltos depois de pagar uma fiança de R\$ 1.500,00 cada. Agora devem responder processo na justiça. Rodrigo Rodrigues da Silva, de 21 anos, também foi preso na quinta-feira.

O estudante de Cinema na Unisul estava fazendo um documentário sobre as manifestações. Assim como Mayer, estava na rua Conselheiro Mafra. Filmava quando os policiais chegaram gritando:

- O que estão fazendo com essa câmera?
- Estamos fazendo um documentário, respondeu.
- Desliga essa merda dessa câmera, finalizou.

Rodrigo e mais três estudantes de cinema mostraram a carteirinha da Unisul e uma autorização do coordenador do curso. Mesmo assim foram presos. Thiago Andriano foi um dos poucos que foi aprendido fora da rua Conselheiro Mafra.

O presidente da União Catarinense dos Estudantes (UCE), de 24 anos, participava da organização dos protestos. Quando viu o confronto entre a polícia e estudantes, Thiago foi se reunir com os diretores da UCE no hotel Valerim. Pediu janta e tomou uma coca-cola. Iria até a sede da entidade pegar bateria do celular. Quando colocou o pé na rua, um policial à paisana (P2), grande, forte e com cerca de 40 anos prendeu o estudante por trás. Thiago estava com medo de apanhar e perguntou ao policial se ele tinha um mandato. Ele apenas riu. Disse que perseguia o estudante há dois dias e que estava preso por incitação ao crime. Thiago chegou à Central de Polícia por volta das 11h da noite. Se tivesse chegado antes das 10h, poderia ter sido solto.

Prudente Mello conta que, na quinta-feira, houve mudança de procedimento por parte dos delegados a partir das 10h da noite. Até esta hora, todas as pessoas que foram pegadas pelos policiais assinaram um termo substanciado (chegar) e foram soltos. Procedimento correto, de acordo com o advogado da OAB. Depois disso os delegados sofreram pressão superior. Mello conta que os delegados tentavam se explicar ao telefone: "nesse caso não tem flagrante" ou "essa situação não tinha motivo". A partir das 10h, os depoimentos cessaram. Houve



uma reunião de portas fechadas, no quarto andar da Central de Polícia. Os depoimentos só voltaram a ser feitos a partir das 5h da madrugada. Depois disso, todas as pessoas que foram apreendidas, foram presas.

Pablo Brun, estudante de 23 anos, que também foi preso na rua Conselheiro Mafra, conta que os policiais disseram que precisavam prender alguém. Quando foi pego pelos policiais, ouviu um deles falando: "Temos que levar alguém. Então, leva esses três". Pablo achava que não tinha nada a temer e ficou parado na hora que a polícia cercou os estudantes. Mesmo assim foi pego. Quando estava encostado na parede, algemado, nervoso, não parava de gritar:

- Que democracia é essa, não temos liberdade de nos expressar!
- O comandante chegou bem perto dele e disse:
- Você vai continuar falando?
- Pablo ficou quieto na hora.

O estudante de arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Gustavo Piazza dos Santos foi pego pela polícia por volta das 20h. Assinou o termo substanciado e foi liberado. No entanto, o estudante relata abusos por parte da polícia na hora da apreensão. Gustavo estava na frente dos manifestantes, quando tentavam ir para a ponte. Os policiais jogavam bombas de gás lacrimogêneo e usavam bombas de borracha, os estudantes respondiam com pedras e rojões. Quando os policiais chegaram perto, ameaçando bater nele, levantou os braços e disse: "eu me rendo". Três policiais o imobilizaram e levaram para trás da rodoviária. No caminho, falavam: "daqui há pouco não tem ninguém filmando", "sorria para teu amigo que te está fotografando". No camburão, no caminho para a Central de Polícia, os policiais jogaram três vezes spray de pimenta no carro.

Na Central, sem dormir — As 16 pessoas que foram aprendidas pela polícia, na quinta-feira só foram depor por volta das 5h da manhã. Nesse tempo ficaram sem dormir. Por volta das 2h da tarde de sexta, manifestantes começaram a se concentrar na frente da Central de Polícia. Os delegados deram a entender que a manifestação atrapalharia a soltura dos presos e propuseram um acordo. Os presos assinariam um documento para tranquilizar os manifestantes. De acordo com o documento (conferir com Mello), os presos seriam transferidos para o presídio. Os homens ficariam numa cela juntos e as mulheres em outra. Tomariam banho, teriam alimentação e banheiro decente. O advogado da OAB leu o documento para os manifestantes.

Os presos saíram sem algemas e em dois camburões. As quatro estudantes ficaram na parte da frente do carro. De acordo com Cíntia Ertel Silva, o camburão corria muito, andava na contramão e passava pelo meio fio. Atravessou a ponte e ameaçou deixar os presos na penitenciária de Coqueiros. Cíntia conta que os policiais fizeram terrorismo psicológico. Disseram que "havia muitas sapatonas no presídio" e que "se todas dormissem seriam estupradas".

As estudantes foram levadas para o presídio feminino na Agrônômica. Ficaram no Pátio da Regalia. De acordo com Cíntia, foram bem tratadas pelas detentas. Comeram e assistiram às manifestações no Jornal Nacional. Para os homens, a entrada no presídio foi mais traumática.

Quando chegaram ao presídio, foram colocados de joelhos, com a cabeça na parede e as mãos algemadas para trás da cabeça. Enquanto ficavam nessa posição, um por um era

levado a uma sala e revistado. Pablo conta que a posição é muito incômoda e não dava para enxergar quem estava do lado. Os últimos já estavam cansados e ele seria o último a ser revistado. Quando estavam em dois, um policial disse para o preso do lado.

- Está cansado?
- Estou, respondeu ele.
- Então, fica mais um pouco, disse o policial.
- Deixou- o na mesma posição e foi pegar Pablo.

Conforme o acordo assinado pelos manifestantes, tomariam banho, comeriam e ficariam na mesma cela. Não aconteceu. Ficaram todos na "Casa Velha", local onde os detidos vão quando estão de castigo. Alguns ficaram em celas com presos comuns. Pablo foi um deles.

O companheiro de cela era forte, tinha 19 anos e é acusado de assassinato. A cela tem cerca de 3,5m de comprimento por 1,5m de largura, com duas camas de cimento dos lados. Em vez de vaso sanitário, havia apenas um buraco com uma torneira em cima, o que deixava o local com cheiro de urina. O colchão em que Pablo dormiria estava pendurado. Pegou o colchão e o prego caiu. Perguntou ao companheiro:

- Onde eu coloco o prego?
- Ah, põe em qualquer lugar.

O companheiro virou e Pablo colocou o prego dentro da meia. Apavorado, pensou que se houvesse uma briga, poderia usá-lo. Estava enganado. O detento ficou amigo do estudante, deu bolachas e ainda ofereceu um café para ele. E quando saiu, até trocaram os tênis. Thiago Andriano de Paula também ficou com um preso comum. O detento tinha sido preso por assalto à mão armada e era acusado de homicídio. Estava na Casa Velha porque surrou muito um colega de cela. No entanto, Thiago conta que o detento o "tratou bem" e também lhe deu café. Quando saiu, Thiago quis dar sua camiseta a ele. O carcereiro não deixou.

Os manifestantes que foram presos na quinta-feira reclamam que a polícia e a mídia ligaram a imagem deles às pessoas que quebraram a cidade. Além de negar que quebraram a cidade, foram presos com base no artigo 265 do código penal — "atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública". Apenas Thiago Andriano foi detido devido ao código 286 — "incitar, publicamente, a prática de crime".

Os estudantes saíram da prisão às 11h de sexta-feira. Na segunda-feira foram ouvidos pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais. Os vídeos com as imagens devem ser enviados para a Anistia Internacional. De acordo com reportagem do jornal A Notícia, o secretário de segurança pública do estado, Ronaldo Benedet, disse que houve abusos dos dois lados.

Para Meyer, a saída do presídio foi o pior momento. Primeiro, o carcereiro levou Rodrigo — seu companheiro de cela. Nesse momento, Meyer teve uma crise de choro e achou que poderia ficar ali por mais tempo. Passou um filme passou pela cabeça dele: não entendia como estudantes e trabalhadores tinham sido tratados como bandidos.

Maurício Frighetto

Repórter descobre que bala de borracha não é brinquedo

Há alguns dias, os organizadores da manifestação já estavam agendando um "grande ato" para a quinta-feira, 10 de junho. A manifestação que começou pacífica e organizada terminou violenta e dispersa. Um grupo de manifestantes que tentava a todo custo alcançar a ponte foi fortemente reprimido entre o terminal rodoviário Rita Maria e o Hotel Intercity (antigo Diplomata) sem obter sucesso. Entre policiais e manifestantes — como durante todos os dias de manifestação — ficava a imprensa. Repórteres, fotógrafos e cinegrafistas estavam sempre na linha de frente ou no fogo cruzado para capturar o melhor instante, entender todo o processo. A chance de ser atingido por balas, bombas e pedras era quase certa.

Às 22h30, a polícia começa a atirar contra os manifestantes. Nesse momento, como ninguém além da PM está equipado com escudo, o desespero toma conta e cada um corre para o primeiro lado que vê. De repente, sinto uma pancada no ombro direito que me faz me derrubar. Na primeira impressão, imaginei atingido por uma bala de borracha, que eu e nem ninguém foi procurar o paradeiro dela. Um tiro de bala de borracha é "macio" e, nesse caso, como já estava a cerca de 200 metros da polícia, não chegou a ser perfurante. A bala é de borracha, mas a dor é intensa e aumenta a cada instante: o local começa a ficar dolorido, depois incha bastante, o braço começa a formigar e a garganta — que aparentemente não tem nada a ver com a história — chega a ficar trancada. A dor no ombro persiste por mais alguns dias.

A mesma falta de sorte teve Leonardo Miranda, repórter fotográfico do *Zero*, que na noite quarta-feira, 1º de junho, foi ajeitado na cabeça por uma "pedra perdida", quando fotografava o fechamento da rua em frente ao Shopping Beira Mar. Desse dia em diante, passou a cobrir as manifestações com uma toca na cabeça para minimizar eventuais azares.

Alexandre Brandão



Insistência da polícia em resguardar as pontes provoca confronto



Dezenas de feridos nos protestos que fugiram ao controle do Estado



Momentos de polícia acuada se alternavam com os de desobediência à bilheteria e de conflito em plena Paulo Fontes, revelando que a ordem de bater foi pouco para aplacar quem buscava justiça

Segunda semana fica no impasse

Reunião entre políticos e manifestantes manteve frustradas as tentativas de negociação

A segunda semana de protestos contra o aumento das tarifas do transporte público em Florianópolis terminou como sempre. Manifestantes, empresas e prefeitura municipal não conseguiram parar a circulação dos ônibus, fecharam o trânsito do centro da cidade e enfrentaram forte resistência da polícia militar. Nem uma reunião conciliadora na Câmara de Vereadores, nem uma viagem a Brasília ajudaram o prefeito Dário Berger a dividir a responsabilidade que cabe a ele – tomar uma decisão que satisfaça, ao mesmo tempo, aos manifestantes e aos empresários do transporte de Florianópolis.

Na segunda-feira, 6 de junho, o clima na Câmara dos Vereadores era conciliador, mas, mesmo assim, depois de uma longa reunião, de quase três horas de duração, tudo ficou basicamente como começou. Na tentativa de chegarem a um acordo sobre as manifestações dos estudantes e a greve dos motoristas e cobradores que, com dez horas de duração, parou a cidade naquele dia, estiveram presentes na câmara, o prefeito Dário Berger, o secretário municipal de transportes Norberto Stroisch Filho, o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis (Setuf) Valdir Gomes da Silva e o advogado Matheus Felipe de Castro, representante do Movimento Passe Livre, além de integrantes do Ministério Público Estadual, do Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Urbano (Sintraturb), da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e de entidades comunitárias, mediados pelo presidente da Câmara Municipal Marcílio Ávila.

Aumentando aos poucos- O máximo de negociação proposto pelo prefeito Dário Berger foi revogar temporariamente o aumento de 8,8% e fracioná-lo em duas ou três parcelas a serem aplicadas nos próximos meses. O prefeito alegou ainda que a diferença para as empresas seria bancada pela prefeitura, enquanto seriam procuradas soluções para alterar o sistema de transportes de Florianópolis. “O que mais estou fazendo é repensar o sistema. Mas, o que está aí é um elefante branco tão grande que não se resolve da noite para o dia, ou em cinco meses de governo”, justificou-se.

Matheus de Castro nem precisou levar a idéia aos participantes do movimento. Já tinha a resposta: a proposta foi discutida e não foi aceita. E disse mais. Segundo ele, o Movimento Passe Livre, que “vem agindo nos últimos cinco anos e sempre de forma ordeira”. No entanto, o advogado alegou que a polícia militar adotou uma estratégia errada na tentativa de conter a manifestação. “A polícia achou que, cortando as cabeças, o corpo iria morrer. E, pelo contrário, ele só cresce e agora está desgovernado.” Castro acusa a polícia de ter alijado o Movimento Passe Livre e a União Catarinense dos Estudantes (UCE) dos protestos ao prender as lideranças. “Eles tinham uma ascendência moral sobre a massa, que agora carece de consciência política. A polícia está criando um monstro”, resume. O representante do movimento fez questão de ressaltar a presença de P2 (policiais sem farda) infiltrados nas manifestações para promover a baderna e “justificar” a violência policial.

Benedet defende os seus- As acusações de violência da polícia militar foram comentadas pelo secretário de estado de segurança pública e defesa do cidadão Ronaldo Benedet, à reportagem do **Zero**. O secretário tentou resumir o confronto entre policiais e manifestantes com uma frase de Bertolt Brecht: “Todos falam da violência das águas do rio, mas se esquecem da violência das margens que o oprimem”. Trocando em miúdos, para o secretário, todos clamam contra a violência da polícia e esquecem de condenar a violência dos manifestantes. “Os policiais que abusaram de violência serão punidos, mas o que vai ser feito com os manifestantes que abusaram da violência contra os policiais? Na ditadura, eles eram presos e punidos. Agora só os policiais arcam com as consequências”, disse Benedet, defendendo seus subordinados. Para ele, os policiais, como todo ser humano, podem “perder a cabeça numa briga”. Antes de deixar contrariados todos os que acreditam que os policiais precisam



Estudantes respondem à brutalidade cantando bino nacional



Símbolos do abuso na tarifas, ônibus sofreram depredação



Cobertura parcial da grande imprensa lembrada com ternura

ter um preparo para não “perderem a cabeça numa briga”, o secretário se corrigiu, sempre voltando à mesma pergunta. “Eles precisam (ter preparo) e têm. E serão punidos pelo movimento (se derem a).” “Se não estivesse aqui, eu não estava aqui. Se estivesse, seria o contrário, eu me aproximaria das lideranças para tentar o diálogo”, explicou, lembrando que estava na Europa quando as manifestações começaram.

No fim da reunião, vendo que não se estava chegando a lugar algum, o padre Wilson Groh, líder comunitário, propôs uma solução: “revoga-se imediatamente o aumento e faz-se um pacto com todos (estudantes, comunidade, governo, empresas) para a melhoria do sistema”. Dário Berger respondeu à proposta com o encerramento da reunião. Porém, o “pacto” proposto pelo padre Wilson poderá se realizar por meio de uma comissão que vai tratar do transporte público de Florianópolis de forma ampla. Esta comissão deverá ser composta com representantes de vários setores da sociedade e do poder público, já convidados pela Procuradoria-Geral do Município. A partir desta comissão, serão tomadas as decisões de mudanças no transporte de Florianópolis. Promete-se que até o passe livre para estudantes será discutido na comissão. Mas, Norberto Stroisch Filho, secretário municipal de transportes, não dá muitas esperanças quanto a isto. “O passe livre iria custar R\$ 40 milhões por ano à Prefeitura. Da onde o município vai buscar este dinheiro?”, pergunta ao invés de responder. Quanto à redução da tarifa, Stroisch não é menos pessimista. “O prefeito seria irresponsável (se reduzisse a tarifa). A realidade do transporte exige essa tarifa. Para reduzir a tarifa teria que reduzir o preço do combustível, do pessoal, da frota de ônibus, enfim, redução de custos do transporte”, explica.

Prefeito busca soluções em Brasília- Reduzir custos do transporte era o intuito do prefeito Dário Berger na viagem à Brasília, junto ao governador em exercício Eduardo Pinho Moreira. Os dois tiveram uma reunião com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para solicitar subsídios no preço dos combustíveis para o transporte público. Uma das medidas seria reduzir o IPI do diesel, segundo Norberto Stroisch Filho. Durante a semana também se realizou o Encontro da Frente Nacional dos Prefeitos de

Capitais, presidida por João Paulo (PT), prefeito de Recife (PE). O encontro teve como um dos objetivos pressionar o governo federal para a criação de uma política nacional para o transporte público urbano, principalmente centrada na redução de impostos. Dário Berger também esteve presente a este encontro. “Tem que sensibilizar o governo federal para uma política nacional para dar a atenção merecida ao transporte coletivo, que o governo trata como um serviço privado, uma loja, uma boutique qualquer. O governo federal tem que dar o exemplo”, reclama Stroisch.

Norberto Stroisch Filho afirma que o movimento dos manifestantes de Florianópolis tem orientação essencialmente político-partidária. “O objetivo deste movimento é mudar o foco do que está acontecendo em Brasília”, acusa o secretário, referindo-se à greve dos servidores da Previdência e às acusações de corrupção. Para ele, as manifestações vão “esvaziar” naturalmente e a prefeitura não tomará nenhuma medida às pressas para contentar o movimento. “Seria muito bom politicamente para o prefeito, pegar a caneta e baixar a tarifa em 20%, mas no outro dia, o transporte pára.” O secretário espera receber uma avaliação detalhada do Sistema Integrado de Transportes no próximo mês. Em julho, vence o prazo de três meses dado à empresa Jaime Lerner e Arquitetos Associados para a entrega de um diagnóstico com propostas de solução para o transporte de Florianópolis. A empresa do ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná foi contratada pela prefeitura através da dispensa de licitação para empresas de notória especialização, prevista na lei de licitações.

Thiago Macedo



Desmaios em frente à Câmara e ao Ticen. A batalha contra a máfia dos transportes levou manifestantes ao limite de suas forças, mas a tática do cansaço foi tão ineficaz quanto à da violência

Deputado critica Luiz Henrique

Vânio dos Santos acusa governador de usar a polícia para dar apoio político ao prefeito

“A crise do transporte é um problema de vontade política”, avalia o deputado estadual Vanio dos Santos (PT). Ele critica a atuação de Luiz Henrique da Silveira (PMDB), governador de Santa Catarina, diante das manifestações e lista dez erros cometidos pelo prefeito Dário Berger (PSDB) no período de uma semana após a eclosão dos protestos contra o aumento das passagens de ônibus. Entende que o governador usou a Polícia Militar com o propósito de dar apoio político ao prefeito.

O governador de Santa Catarina orientou a PM de formas diferentes nas duas manifestações contra o reajuste das tarifas do transporte organizadas por estudantes. Em 2002, Luiz Henrique tinha a intenção de evitar o confronto entre policiais e manifestantes. Em artigo publicado após a revogação do aumento, acusa a oposição, representada principalmente pela prefeita Ângela Amin (PP), de taxar tal ação como “tibiez ou fraqueza”. “Tivesse havido alguma morte ou ferimento grave, os mesmos críticos de sempre diriam que estávamos a rasgar o nosso discurso e a nossa bandeira, a usar de violência desnecessária contra estudantes indefesos. São os apologistas da democracia do cassetete”, escreveu o governador no jornal do PMDB de julho de 2004.



Para Vanio, falta vontade política

Este ano, no entanto, sob orientação do governador, a tropa de choque da Polícia Militar lançou bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, atirou balas de borrachas e prendeu estudantes que protestavam contra o aumento das passagens de ônibus. Na quinta-feira, 2 de junho, foram detidos 16 pessoas. Os manifestantes foram acusados de crimes como formação de quadrilha, incitação ao crime e dano ao patrimônio público. De acordo com o deputado Vanio dos Santos, a PM chegou a forjar os flagrantes dos jovens. “Tanto eles erraram que o secretário de Segurança Pública [Ronaldo Benedet] reconheceu isso”, depõe.

Dez erros- Para o deputado, a crise do transporte também fez com que o prefeito Dário Berger entrasse em contradição. Lembra que o fato de a família Berger ser dona de uma empresa de transporte coletivo impede o prefeito de resolver os problemas herdados do governo anterior. “Dário elegeu o transporte como tema importante da sua campanha e até agora não fez absolutamente nada. A insatisfação é quase que generalizada. Mesmo quem não é usuário do sistema está insatisfeito”, constata Vanio.

O deputado elencou dez erros cometidos pelo prefeito Dário Berger na tentativa de encontrar solução para o problema. Entre eles, a própria decisão de reajustar as tarifas do transporte em um momento político desfavorável e em pleno feriado de Corpus Christi. “Qualquer tentativa de aumento seria jogar fogo em um rastilho de pólvora”, registra.

“A solução é municipalizar o sistema”

Quando se discute menores tarifas para o transporte público em Florianópolis as sugestões giram em torno da isenção de impostos e de subsídio em favor das empresas. No entanto, há uma proposta de estudar a redução da margem de lucro das companhias de transporte coletivo que operam na cidade. “É preciso reduzir o lucro dos cartolas do transporte”, defende o deputado estadual Vanio dos Santos (PT), membro da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Humano da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Para se deslocar de um ponto a outro da cidade, o usuário do transporte coletivo não tem escolha entre as empresa de ônibus. Dependendo do destino, somente linhas de determinadas empresas páram em certos locais. Por exemplo, alguém que queira deslocar-se do Saco dos Limões ao terminal integrado do centro pode optar somente pelos ônibus da Transol, uma vez que os da empresa Insular que passam pelo bairro não podem embarcar passageiros. O mesmo ocorre em outros pontos da cidade, como na avenida Ivo Silveira, onde a única de opção de deslocamento para o centro da cidade são os ônibus da Estrela, apesar de os veículos da Biguaçu e da Jotur também passarem por lá. Para o deputado Vanio dos Santos, caso fosse quebrado o oligopólio das empresas haveria mais opções de ônibus para os usuários, que escolheriam a linha mais barata. “A solução do problema do transporte passa por acabar com o monopólio das empresas”, sugere. Assim, uma vez estabelecida a concorrência, as empresas tenderiam a competir também nos preços, o que reduziria a tarifa.

Outra proposta do deputado é a municipalização da Cotisa, o consórcio privado responsável pela administração dos terminais, composto pelas empresas de transporte da cidade. “Com a compra da Cotisa pela Prefeitura daria para reduzir 10 pontos percentuais no preço da passagem”, justifica. A Cotisa cobra entre R\$ 4,00 e R\$ 7,00 cada vez que um ônibus entra nos terminais integrados. Esse valor é acrescido nas tarifas e os lucros da Cotisa são

repartidos entre as empresas que fazem parte do consórcio.

Na estimativa do deputado, a Prefeitura teria que investir R\$ 600 mil na compra da Cotisa, valor que inclui o pagamento da dívida que o consórcio tem com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (Bndes). “Isso é algo totalmente possível. É um custo que a Prefeitura teria que assumir um dia”, defende. O deputado se refere ao contrato de concessão do consórcio, que prevê que em 2019 a empresa volte ao controle da Prefeitura. Prevê que a transformação da Cotisa em órgão público reduziria os custos da empresa. “A Prefeitura tem como negociar melhor do que uma empresa privada. Assim, gastaria menos com os seguros, com energia elétrica e poderia obter maior prazo de pagamento no banco”, pondera.

Distorções- Entre maio de 1997 a maio de 2005, um período de oito anos, as passagens de ônibus acumularam um aumento de 238%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) aumentou 37%. Segundo o deputado, são as pessoas mais pobres da cidade que pagam a maior parte dos custos das empresas provenientes das gratuidades concedidas a idosos, deficientes físicos e estudantes. “Os desempregados custeiam as gratuidades, que o poder público e as empresas deveriam assumir. Existem distorções completas”, acusa.

A Constituição de 1988 prevê a criação de uma comissão municipal de transporte tripartite, com representantes da sociedade, das empresas e do governo. Mesmo com a representação nessa comissão, os cidadãos de Florianópolis não puderam contribuir em uma série de decisões públicas, como na criação do sistema integrado de transporte e no aumento das tarifas. “Cada vez que o governo estiver a serviço dos empresários vai ser sempre dois a um. Nos governos Ângela Amin e agora no de Dário Berger, percebe-se uma relação muito estreita, de interesses em comum e de proteção aos empresários em sacrifício dos usuários”, denuncia o deputado.

Na Carta de Curitiba, documento elaborado ao final do Encontro de Prefeitos de Capitais e Grandes Cidades Brasileiras, os prefeitos afirmam que cerca de 35% dos brasileiros se deslocam a pé, por falta de condições financeiras para pagar as passagens de ônibus. Isso mostra que a crise do transporte coletivo não é exclusiva de Florianópolis, e está na maioria dos grandes centros do país.

Para buscar alternativas de solução do problema, o deputado Vanio dos Santos promoveu na Assembleia Legislativa, no dia 27 de junho, um seminário sobre o Movimento Nacional pela Tarifa Cidadã, que busca o barateamento do transporte coletivo nos centros urbanos. Entre as propostas do Movimento Nacional pela Tarifa Cidadã estão a redução de impostos que incidem sobre o setor, com o repasse de 29% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para investimento em infraestrutura de transportes e uma política de substituição gradativa de óleo diesel pelo gás natural.

Incidência dos tributos sobre os custos do transporte

Diretos	
Impostos federais	3,65%
Impostos e taxas municipais	8%
Encargos sociais	10,28%
Indiretos	
ICMS sobre óleo diesel	4,5%
ICMS sobre veículos	1,2%
CIDE e PIS/COFINS sobre óleo diesel	3,75%
Total	31,38%

Fonte: Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU

Textos: Emília Chagas



A persistência dos manifestantes, que ficavam sentados durante horas no meio das principais vias de trânsito, além de protestos como a queima de catracas, dobrou os políticos sem ação

Estrategista na linha de frente

Jogador de xadrez e líder do MPL, Pomar acumula processos, prisões e ameaça de morte

Mesmo contra sua vontade, Marcelo Nascimento Pomar tem se destacado como o principal líder das manifestações pela redução da tarifa que tem abalado Florianópolis desde 2004. Apesar de ainda ter 23 anos de idade, já conta com dez anos de vida política. E ainda carrega uma herança familiar de 70 anos de experiência. Explica-se: a família Pomar está presente na política brasileira desde a década de 30. Seu bisavô, Pedro Pomar, foi assassinado durante a ditadura militar em 16 de dezembro de 1976, no episódio que ficou conhecido como "Chacina da Lapa". Antes, tinha sido militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundador e membro do comitê central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Seu avô, Wladimir Pomar, é analista político e jornalista. Foi um dos coordenadores políticos da campanha de Lula em 1989, ex-membro do diretório nacional do PT e ex-dirigente do PCdoB. Dois tios, Walter Pomar e Milton Pomar, e o pai, Pedro Estevão Pomar, são pertencentes à corrente Articulação de Esquerda do PT. Walter é terceiro-vice-presidente do PT e pré-candidato à presidente do partido em 2005.

Aos 15 anos, Marcelo namorou o PT e fez parte da Articulação de Esquerda. Mas sua militância política começou mesmo mais cedo. "Tenho uma família de formação stalinista, mas fui anarquista até os 13 anos", conta. Aos 16 anos, quando estudava na Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas em São Paulo, participou do grêmio estudantil e se aproximou da Juventude Revolução (JR), braço juvenil da corrente trotskista O Trabalho do PT. Aos 18 anos já fazia parte do secretariado nacional da JR, ascendeu como militante da corrente Trabalho em 2000 e militou nessa tendência até 2001. Ele e outros militantes não concordavam com a ingerência "adultista" na organização juvenil, bateram de frente com a direção e sofreram as represálias: "Fomos expulsos informalmente, rompemos em 2002 e fundamos a Juventude Revolução Independente", relata.

A trajetória política de Marcelo Pomar e as recentes revoltas em Florianópolis – pelo passe livre e redução das tarifas – muitas vezes se confundem. A campanha pelo transporte estudantil gratuito começou através do sindicalista Serge Goulart da corrente Trabalho, em julho de 2000, conta Pomar. O movimento foi encampado pelo núcleo Juventude Revolução de Florianópolis. Quando Pomar veio para a ilha no mesmo ano, participou da construção da campanha pelo passe livre ao mesmo tempo em que a dissidência da JR local se transformou em JRI. Em 2004, a campanha ficou mais organizada e articulada nacionalmente com o nome Movimento Passe Livre (MPL). "Com as vitórias em Florianópolis viramos referência nacional", orgulha-se.

Pomar se esforça para diferenciar as duas bandeiras. Segundo ele, o trabalho de base do movimento passe livre ajudou "em parte" as revoltas contra o sistema integrado de transporte que explodiram em 2004, mas não foi fundamental. "Não dá para colocar tudo na conta do MPL. Se não existisse uma situação objetiva de crise no transporte público e insatisfação da população, não teria acontecido nada", frisa.

Até o final do ano passado, Marcelo Pomar e Lucas de Oliveira eram os protagonistas do movimento. Um

"racha" dividiu o grupo em duas frentes. Oliveira saiu da JRI, que ajudou a construir, e foi desautorizado em nota oficial pelo MPL para falar em seu nome. O motivo da dissidência, segundo Pomar, era a concepção "reformista" e "financeira" que Lucas tinha da organização. "Para ele, a revolução precisava de três coisas para se desenvolver: dinheiro, dinheiro e dinheiro".

Prisões – Desde a primeira revolta em julho de 2004, quando assumiu a linha de frente dos protestos, Marcelo coleciona uma ameaça de morte registrada na Polícia Civil, quatro processos judiciais e duas prisões. Ano passado, foi preso no terceiro dia de manifestações, ficou detido por algumas horas e ganhou um "interdito proibitório" da Justiça do Estado. Esse ano foi preso logo no primeiro dia de manifestação e responde processo por acusações ainda mais graves: formação de quadrilha, obstrução ao serviço público e incitação ao crime. Os outros dois processos são acusações de crime de desobediência. Ele está proibido de chegar perto das manifestações e de participar de qualquer reunião, se apanhado, pode ser preso novamente. "A gente não vive em uma democracia de fato", lamenta Marcelo, que demonstra grande desapontamento quando fala das retaliações que vem sofrendo.

Por causa da prisão, Marcelo está afastado das manifestações, cuja liderança foi ocupada por pessoas que tem pouco respaldo entre os estudantes. A situação fica tão caótica que até o presidente da Associação de Policiais Militares de Santa Catarina (Aprasc), sargento Amauri Soares, defende uma espécie de "salvo-conduto" para que Pomar volte a liderar os manifestantes. "Se a polícia prende uma liderança, impedindo-a de exercer sua legítima tarefa de dirigir, não deixa ninguém que possa racionalizar o movimento, inclusive para negociar com a polícia", justifica Soares.

Pomar apresentou em agosto, logo após as manifestações do ano passado, sua monografia de conclusão do Curso de História na Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina). No trabalho, ele mostra a repercussão – na imprensa e nas organizações de classe – da Revolução Russa e o início do movimento comunista em Florianópolis. Foi estagiário no Colégio de Aplicação da UFSC, professor de História de um colégio estadual em Palhoça e atualmente dá aulas particulares. Ele também é professor de xadrez no Colégio Autonomia. A propósito, não é só no tabuleiro da política que Marcelo atua. Ele é um dos melhores enxadristas de Santa Catarina. Esse ano ele ficou com o quarto lugar na semifinal do Campeonato Catarinense Absoluto, ano passado ficou em oitavo lugar no Campeonato Estadual Universitário, em Joinville. Também é vice-presidente do Clube de Xadrez de Florianópolis. Marcelo Pomar é um jovem estudioso, sua atuação política é baseada na ação prática e no preparo teórico. Como todo bom enxadrista e dirigente político, movimenta taticamente as peças no presente com um objetivo estratégico no futuro. Quando perguntado sobre sua orientação política atual, ele não vacila: "Eu sou comunista".



Não é novato: militância política começou aos 13 como anarquista

"Não dá pra culpar só o MPL, se não tivesse uma crise, nada aconteceria"

Alexandre Brandão



Lucas Sampaio - Zero

Resultado do dia mais violento das manifestações em Florianópolis. Estudantes depredaram lojas, bancos, orelhões e lixeiras do centro da cidade em resposta aos tiros e bombas de gás dos policiais

O dia mais violento dos protestos

Manifestantes apanham, são detidos e quebram bancos no 14º dia da Revolta da Catraca

Quinta-feira, 16 de junho de 2005. O 14º dia de protestos contra o aumento da tarifa no transporte público de Florianópolis não prometia muita coisa. No dia anterior, apenas uma dúzia de estudantes havia fechado o trânsito na avenida Paulo Fontes, em frente ao terminal integrado do centro (Ticen). Outros 30 acorrentaram-se na sede do Núcleo de Transportes pedindo a revogação do aumento. A revolta estudantil parecia se encaminhar para o fim, desgastada pela intransigência da Prefeitura Municipal em negociar. Surpreendentemente, esse foi o dia mais violento da chamada Revolta da Catraca.

Bombas, tiros, bancos depredados e telefones públicos arrancados. Estudantes feridos por balas de borracha, manifestantes sendo perseguidos pelo centro da cidade até à meia-noite por batalhões da PM. Foi o resultado de um dia de protestos que começou pela manhã, no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, em um debate sobre o transporte público e acabou na madrugada, em confrontos generalizados, regados por bombas de gás que escoavam nas ruas centrais da cidade.

Durante o debate, em que participaram representantes do Movimento Passe Livre, do Sintraturb (Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Público de Florianópolis) e da Ufeco (União Florianopolitana das Entidades Comunitárias), foram discutidas alternativas para o transporte público na cidade. A presença do prefeito Dário Berger era esperada, mas não se confirmou. Em mais de três horas de discussão, reinou o impasse. Norberto Stroisch, secretário municipal de transportes, representando o prefeito no encontro, não propôs nenhuma saída imediata para a questão tarifária e se mostrou refratário a uma possível municipalização do transporte em Florianópolis. Como resposta, foi vaiado pelas mais de 400 pessoas que acompanhavam a audiência.

A concentração de manifestantes em frente ao terminal central começou à tarde. Às 18h, cerca de 250 pessoas saíram em passeata, com destino à Prefeitura, distante alguns quarteirões. Por causa da barreira policial, a passeata seguiu em direção à praça XV, indo parar na avenida Gustavo Richard, em frente ao Centrosul, que acabou com as quatro pistas fechadas pelos manifestantes.

Enquanto isso, um outro grupo de 200 estudantes, que acabavam de sair da aula, iniciou um bloqueio em frente ao terminal Rita Maria. Nenhum ônibus pôde entrar no Ticen, que já estava parado por causa do bloqueio da Gustavo Richard, durante quase 40 minutos. Segundo alguns manifestantes, a barreira estratégica irritou os policiais, que resolveram carregar na repressão.

Às 19h30min, o estopim: ônibus que tentavam furar o cerco dos estudantes foram alvejados com pedras em frente ao Centrosul. Como resposta, a polícia iniciou o ataque jogando bombas de efeito moral no meio da concentração. "Nunca tinha visto algo igual. Eu, que tava lá no Rita Maria nesta hora, senti o chão tremer", explica o universitário Rafael, 20 anos, que não quis revelar o sobrenome.

Era o início da confusão. Os estudantes que fechavam a avenida Gustavo Richard saíram correndo em direção ao Ticen, de onde foram dispersos pela polícia com balas de borracha e gás lacrimogêneo. Pequenos grupos de manifestantes, sem qualquer tipo de organização ou coordenação, se formaram em vários pontos do centro. Nesse momento começaram as depredações de bancos e telefones públicos. Seis agências bancárias foram atingidas, além da Biblioteca Pública Estadual.

Uns quebravam, outros apanhavam. Claudionor Santos, 20 anos, estava saindo do trabalho quando foi atingido por duas balas de borracha na perna. "Estava só dando uma olhada na manifestação, não tinha nada a ver", lamentava. Levado por um amigo para o hospital Celso Ramos, lá encontrou mais pessoas atingidas. "Eu estava com uns amigos, tirando fotos das manifestações na Praça XV, quando senti algo bater no meu rosto e meu braço ficar dormente. Fui para um canto e lá vi que havia sido baleado", conta Jorge Minella, 17 anos, estudante de Física da UFSC, que levou tiros no rosto e no braço. Ele faz parte do Centro de Mídia Independente e estava tirando fotos para a cobertura que o sítio vem fazendo das manifestações. Após ter sido baleado, Minella fez um relato no sítio, contando o que passou. Além deles, mais duas pessoas haviam passado pela emergência do hospital naquela noite, inclusive um cinegrafista atingido por uma pedra na cabeça.

Na Central de Polícia, muita agitação dos policiais, às voltas com vários estudantes detidos. Mas ninguém sabia ao certo quantos eram. Um comissário comentou que havia cinco presos que passariam a noite na delegacia. Mais tarde, o número de detenções subiu para 16. Para sair, alguns manifestantes pagaram fianças que variavam entre R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00. Eles responderão a um processo por danos ao patrimônio público.

Quem estava no centro ouviu explosões de bombas de efeito moral até às 23h30. Choques entre policiais e manifestantes continuaram concentrados na avenida Mauro Ramos, próxima ao Cefet/SC - Centro Tecnológico de Santa Catarina. A PM montou cordões de isolamento em diversas ruas próximas para conter os manifestantes, que não passavam de cem nesse momento.

Leo Branco

Oliveira não quer ser visto como liderança do movimento

Desvinculado de organizações formais e desligado de antigos seguidores, um dos principais líderes estudantis de Florianópolis aderiu às manifestações de forma independente. Lucas de Oliveira, o homem que teria trazido à cidade a luta pelo transporte gratuito aos estudantes, prefere não ser visto como uma liderança. "Já no começo, aderi ao movimento e passei a arriscar a pele como todos os outros", diz.

A imprensa não pensa da mesma forma. Numa manifestação de lideranças invisíveis e participação ampla da sociedade, Oliveira constantemente aparece nos noticiários como uma das cabeças gerentes do movimento. A atribuição não ocorre por acaso. Desde os protestos dos anos anteriores contra o aumento das tarifas, Lucas de Oliveira foi o nome de maior relevo depois de Marcelo Pomar.

Conhecidos de longa data, os dois defendiam as mesmas bandeiras desde o grêmio estudantil da Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas. Integraram juntos a Juventude

Revolução (JR), uma cisão do braço juvenil da corrente petista O Trabalho, onde já figuraram nomes como Antônio Pallocci, ministro da Fazenda, e Ricardo Berzoini, do Trabalho. Quando, no Encontro Nacional da Juventude Revolução, em 2002, a ala florianopolitana foi considerada incompatível com as outras, os dois criaram a Juventude Revolução Independente (JRI). O Movimento pelo Passe Livre (MPL) nasceu dessa organização.

Lucas de Oliveira não integra mais a JRI. Uma seqüência de brigas com Marcelo Pomar, no início do ano, por causa de dívidas e diferenças ideológicas, fez com que o segundo afastasse Oliveira e todos os militantes ligados a ele. Assim, foram também desligados da JRI Lucas Scherer, Gabriela Rangel e Maria Cristina, integrantes da chamada Casa da Revolução, sede da militância liderada por Oliveira onde moram todos eles.



Leo Miranda - Zero

Oliveira: anti-partidos

A principal acusação de Pomar contra Oliveira é de interesses econômicos. A chamada Empresa da Revolução, idéia que Oliveira afirma ter tirado de um livro de Lênin como única forma de profissionalizar a militância, seria formada segundo um conceito próximo ao de uma empresa capitalista. Oliveira, por sua vez, acusa Pomar de ter se desviado do princípio do Movimento pelo Passe Livre de independência partidária. "No Encontro Nacional do Passe Livre, no Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre, os caras lotaram uma resolução em que a campanha do Passe Livre tinha critérios, histórico e princípios e, ao fazer isso, eles estabeleceram um programa político à campanha do Passe Livre", acusa Oliveira.

Manifestações desse ano - Um dos projetos que a Casa da Revolução mantém, mesmo após seu desligamento da JRI, é o de correr o Brasil a pé, conversando com as pessoas, tentando convencê-las da necessidade de uma revolução socialista desvinculada de partidos tradicionais que, segundo Oliveira, "sempre estiveram aí e nunca mudaram nada". Lucas Scherer, morador da casa, já iniciou a marcha, nomeada Aventura pelo Brasil. Percorreu algumas cidades catarinenses, filmando jovens e tentando doutriná-los. Nas manifestações atuais, em que se define como "instrumento dos estudantes independentes" responsável por "canalizar a força do movimento para ações práticas em contraposição à disputa político-partidária", Oliveira acha que o governo pode negociar, porque não há lideranças claras e reconhecidas pelo movimento que pudessem viabilizar a negociação. "A única coisa possível é a redução integral para a tarifa anterior, que já é abusiva". Oliveira encontra diversas vantagens na ausência de lideranças claras nas manifestações. Uma delas é a de que Dário Berger cede cada vez mais às pressões já que não tem com quem negociar. Outra vantagem é que não vai surgir nas manifestações o "Lindberg Farias de Florianópolis", que amanhã ou depois seria eleito, representando um partido.

Leandro Uchôas



Estudantes vão às ruas protestar contra o aumento de 26,6% que tornou a passagem de Uberlândia a mais cara do estado. A polícia reprimiu as manifestações com cães e bombas de gás lacrimogêneo

Em Uberlândia, a mesma história

Em Minas, onde o aumento foi de 26,6%, também houve protestos e violência da polícia

A cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, viveu, nas últimas semanas, situações parecidas com as que Florianópolis presenciou. Depois de 27 meses sem reajustes, a antiga tarifa de R\$ 1,50 sofreu um aumento de 26,6%, chegando ao valor de R\$ 1,90 e tornando-se a mais cara de Minas Gerais. Implementado no feriado de *Corpus Christi* (26 de maio) — segundo os manifestantes, para diminuir a repercussão —, o aumento gerou indignação e protestos, principalmente dos estudantes, que começaram a se mobilizar no final de maio e entraram o mês de junho com o lema de “R\$ 1,90 ninguém agüenta” e uma sucessão de confrontos com a polícia militar. Apesar do valor da tarifa em Uberlândia ser mais baixo que o de algumas linhas de Florianópolis, o aumento na cidade mineira foi quase três vezes maior do que na capital catarinense.

Para se estabelecer uma comparação mineira, basta-se verificar que a tarifa dos ônibus de Belo Horizonte, capital do estado, reajustada recentemente, é de R\$ 1,65, ou seja, 35 centavos mais barata que a de Uberlândia. Mesmo a segunda tarifa mais cara de Minas Gerais, a da cidade de Uberaba, não chega perto do valor da de Uberlândia. Depois de um reajuste de 13,6%, a tarifa de Uberaba chegou a R\$ 1,70. A comparação com cidades de mesmo porte e até maiores que Uberlândia mostra que, nas outras, há mais distribuição de linhas por empresas.

Marconi Santos, secretário adjunto de Trânsito e Transporte, usa o fato do sistema de Uberlândia ser integrado como justificativa para a nova tarifa. Na cidade, os passageiros pagam apenas uma passagem para se locomoverem. Em Minas Gerais, só Uberlândia e Belo Horizonte, parcialmente, adotam o sistema integrado de transporte. Outra justificativa para o aumento seria o fato de a estimativa inicial do sistema integrado não ter se confirmado. Esperava-se que seis milhões de passageiros por mês utilizassem o sistema. No entanto, a média até agora é de 4,3 milhões por mês. Mesmo com as explicações de Santos, os estudantes de Uberlândia não admitem o aumento de R\$ 0,40 na passagem, enquanto outras cidades tiveram aumentos médios entre R\$ 0,10 e R\$ 0,20. Uma estimativa aponta que, com a nova tarifa, uma família que ganha dois salários mínimos e tem dois filhos em idade escolar gastaria cerca de um terço de sua renda mensal com transporte.

No segundo dia de protestos, quase dois mil manifestantes aglomeraram-se em frente ao Terminal Central, impedindo o fluxo de ônibus. A Polícia Militar reprimiu o ato com violência, usando cães e bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo para dispersar a multidão. Seis manifestantes foram presos, acusados de desobediência à ordem policial e danos contra o patrimônio. O movimento pretendia sair da praça central e seguir até a Câmara dos Vereadores, quando foi barrado pela polícia. O coronel Gilmar Crovato, comandante do 32º Batalhão da Polícia Militar, explicou que a polícia foi obrigada a usar de “força moderada”, em decorrência dos confrontos. No meio da confusão, a polícia tentava impedir o trabalho da imprensa. Jornalistas foram agredidos. Um cinegrafista da Rede Integração (afiliada da Rede Globo no Triângulo Mineiro) teve sua câmera jogada no chão e outro cinegrafista foi agredido a tapas e pontapés. O coronel Crovato afirmou

que, se houve realmente violência contra jornalistas, o caso será apurado e os culpados, punidos.

Embora o movimento estudantil tenha contado com o apoio da maioria das pessoas que utilizam o transporte público, a forma de protesto é considerada questionável. Quem ficou preso dentro do terminal ou no trânsito, trancado pelos manifestantes, não aprovou a atitude dos estudantes. Marlene Ferreira, que acompanhava o irmão, um aposentado de cadeira de rodas, na fisioterapia não tinha como voltar para casa por causa do tumulto no Terminal. Segundo ela, a manifestação não resolve e a população é sempre prejudicada, pois a manifestação atrapalha quem precisa usar o transporte coletivo.

Na sexta-feira, dia 3, Odelmo Leão (PP), prefeito de Uber-

lândia, se reuniu com representantes do movimento, que pediam uma revisão do valor da tarifa. O encontro foi acompanhado por políticos, principalmente da oposição, como o deputado federal Gilmar Machado (PT) e o vereador Elismar Prado (PT). Prado, que é ligado ao movimento estudantil, pediu a intervenção do Ministério Público para que a Secretaria de Trânsito e Transporte (Settran) exponha os critérios adotados na definição da nova tarifa. O vereador defendeu que a revisão dos cálculos é uma forma de viabilizar um valor mais baixo. No encontro, o prefeito alegou não ser possível rever o valor da passagem.

Após uma semana de protestos, o movimento estudantil, com base no *campus* Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, ganhou a adesão de outros movimentos sociais, como de Movimento Pela Reforma Agrária (MPRA), professores e pais de alunos. Membros da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) passaram a acompanhar as manifestações, a fim de vigiar os abusos da polícia militar. Um panfleto em apoio ao movimento foi assinado por 34 entidades, entre sindicatos, movimentos de sem-terra e partidos políticos — PT, PC do B, PSOL e PSTU. Os próprios coordenadores do movimento admitem ter recebido apoio financeiro de dois vereadores do PT e de um vereador sem partido.

No dia 8 de junho, os manifestantes voltaram a bloquear o Terminal Central durante quase todo o dia, prejudicando o fluxo normal de veículos em toda a cidade. No dia seguinte, cerca de 100 mil pessoas ficaram sem transporte, um prejuízo calculado em R\$ 200 mil para as empresas de ônibus. Dia 10, um ônibus foi apedrejado durante os protestos. Segundo a PM, um grupo de 30 estudantes que se deslocava para a concentração do protesto teria apedrejado o ônibus. Segundo um dos líderes, a idéia era fazer uma “passeata simbólica”, sem bloquear o trânsito dos ônibus, e as pessoas que tentaram fechar o terminal não pertenciam ao movimento. Lá como cá, a suspeita da existência de baderneiros infiltrados no movimento está sempre presente.

Luisa Stampato - Zero



A imagem é de Florianópolis, mas as circunstâncias foram idênticas no protesto e na repressão

o pedido na terça-feira, dia 14. Na quinta-feira, 16, dois estudantes foram detidos, levados para a delegacia para prestar depoimento e liberados em seguida.

O comando da Polícia Militar, representantes da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público, Secretaria de Trânsito e Transporte (Settran) e estudantes estiveram reunidos para discutir o desbloqueio das ruas e a liberação do Terminal Central. A intenção era estabelecer um acordo para que nas próximas manifestações não haja interrupção total do fluxo de ônibus.

As autoridades criticaram a forma de manifestação, uma vez que coíbe o direito de ir e vir. O promotor Luiz Henrique Borsari afirmou que o Ministério Público não concorda com a nova tarifa, mas não pode pactuar com um movimento que cerceia o direito das pessoas e atrapalha suas atividades cotidianas. No encontro, o coronel Gilmar Crovato sugeriu que nas próximas manifestações, o movimento ocupe apenas a avenida Afonso Pena, no centro da cidade, para que os ônibus possam continuar circulando. Ele garante que se for preciso, fará uso da força para desbloquear o trânsito.

Para contornar o problema, Odelmo Leão propôs à comissão de representantes estudantis uma cadeira nas próximas negociações de reajuste de tarifa. Além disso, o prefeito pediu um prazo de seis meses para as adequações necessá-

Thiago Macedo

Com reportagem de Carolina Mello Samorano, Uberlândia, MG



Manifestantes revoltam-se com a cobertura da imprensa local, que distorce fatos, omite informações e enfatiza depredações para demonizar o movimento e colocar a população contra os estudantes

Postura da mídia é “vergonhosa”

Evangelista acusa imprensa de criminalizar movimento, ocultar fatos e omitir contextos

Mesmo quando ainda cursava Jornalismo na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Fernando Evangelista, 30 anos, já demonstrava interesse por causas e lutas sociais. Seu trabalho de conclusão de curso foi o documentário *Reações em marcha*, sobre como o MST utilizava a mídia. Após três meses com o diploma, sua primeira matéria, que tratava das manifestações contra a globalização em Gênova, na Itália, foi capa da revista *Caros Amigos*. Como seu correspondente, cobriu o conflito na Palestina e a Guerra do Iraque. Em 2003, recebeu menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos com uma reportagem sobre conflitos entre o MST e policiais no Pontal do Paranapanema, SP. Em outubro, Evangelista pretende defender sua dissertação de mestrado sobre a fabricação do consenso pela mídia, na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Desde 29 de maio, quando Florianópolis passou a ter a tarifa de ônibus mais cara do Brasil, até 6 de junho, Evangelista estava sem comer nem dormir direito, depois de ter ficado no meio do conflito entre policiais e estudantes e escapado de várias balas de borracha, mas não do gás lacrimogêneo. Nas três semanas de protestos na capital, ele acompanhou intensamente a mobilização dos manifestantes. Tudo que testemunhou durante esses dias, fez com que publicasse uma carta aberta a Ronaldo Benedet, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, repudiando a ação violenta dos policiais nas manifestações contra o aumento da tarifa do transporte coletivo.

Z - Como surgiu a idéia da carta?

Fernando Evangelista - Veio de um sentimento de indignação como cidadão, jornalista e testemunha que queria partilhar o que tinha visto. Fiquei feliz que por um momento a apatia e indiferença da população foram rompidas. Essa motivação que me fez escolher o Jornalismo pra poder expor o que vejo e o que sinto, sem a pretensão da neutralidade e da imparcialidade. O que temos que buscar sempre é a transparência. A questão da injustiça ou não do aumento das passagens não é o que está em pauta na carta ao secretário da Segurança, porque isso não está nas mãos dele, e sim o trabalho da polícia. O que aconteceu no centro de Florianópolis não foi um caso especial de violência, mas o excepcional foi poder registrar, fazer imagens e mostrá-las ao mundo inteiro pela Internet.

Z - Como está repercutindo a sua carta?

FE - Na verdade nem imaginava o retorno que estou tendo. Além do secretário, eu mandei a carta para alguns amigos via Internet e de repente ela se espalhou. Acabou sendo publicada na íntegra no jornal *O Estado*. É incrível como a Internet consegue isso. É esse veículo que está mobilizando o pessoal que participa das manifestações, através do sítio Centro de Mídia Independente, que é a mídia das pessoas que estão participando dessa história. Essas pessoas tomaram consciência do velho papo de que são seis famílias que comandam a mídia do Brasil inteiro.

Z - Como você analisa a cobertura da mídia em relação a estes acontecimentos?

FE - No Brasil, existe uma repressão muito grande contra os movimentos sociais e aí que entra o trabalho sujo da mídia, que ao invés de divulgar as causas sociais, serve pra esconder, ou pior, pra legitimar a ação da polícia, criminalizando os movimentos. Isso é feito, às vezes, de forma muito explícita, ou então de uma forma mais sutil, não contextualizando os fatos. Se a mídia só mostrar a Câmara dos Vereadores sendo depredada, uma cena

de violência grave, a idéia que fica é de que aquilo é absurdo, e realmente é. Mas se for dado o contexto, de que o prefeito está sendo irresponsável, por não buscar o diálogo e dar declarações claras de provocação nos jornais como: “Ninguém vai fazer xixi na minha perna e rir da minha cara. Não sou bocó!”, as pessoas poderiam tirar conclusões com mais clareza e informações. Porque a mídia serve para isso mesmo: criar consenso, uma idéia comum em relação a certos temas. E a criminalização dos movimentos sociais é um desses consensos. Eu vi o “cidadão” do *Diário Catarinense* na minha frente, na terça-feira, quando um menino foi espancado. Ele viu o mesmo que eu vi, mas sabe o que dizia a matéria dele no dia seguinte no jornal? Ele colocou que a polícia estava em desvantagem. Às vezes, isso é feito por ignorância. Às vezes, por má fé ou então pelas duas coisas, o que é mais grave. Todo mundo sabe que a polícia é despreparada, que não funciona, mas eles são mandados e esta é a questão. O grande chefe da polícia é o governador do Estado, que falou em 2004, durante a revolta da catraca, que no seu mandato a polícia não bate em estudante. Por que a imprensa, que parece muitas vezes não ter memória, não resgata essas frases tão importantes? Todos sabem que esse aumento das tarifas é injusto, pois de 1997 até hoje, o valor das passagens aumentou mais de 200% e o salário médio dos trabalhadores aumentou cerca de 75%. Porque isso não aparece nas matérias? Isso também é contextualizar, é fundamental.

Z - Que material você tem de denúncia contra a ação dos policiais?

FE - Eu e mais cinco pessoas estamos gravando imagens das manifestações para divulgar o que aconteceu. Foi por acaso que nos encontramos no meio dos conflitos e falávamos um pro outro: “tenho imagens ‘porrada’, de violência grave”. E agora temos um material de denúncia forte contra a polícia e contra esse governo. Está explícita a inexistência de políticas públicas, diálogo, tudo! Vamos juntar nossas imagens e passar esse vídeo pela Internet ou onde derem espaço. Tenho imagens das manifestações de terça-feira na Beira-mar onde os jovens estão todos de joelhos, de mãos dadas, cantando o hino nacional, quando veio a tropa de choque e começou a jogar bomba. Fui muito ingênuo. Não imaginei que atirariam contra as pessoas em plena Beira-mar. Eu estava bem no meio filmando, entre manifestantes e policiais, quando vi a tropa de choque vindo e resolvi ir na direção deles. Balas de borracha passaram por cima da minha cabeça. Eu tive sorte, ao contrário de outros. Um cinegrafista do nosso grupo, Alex Antunes, levou cinco pontos na orelha por causa de uma bala de borracha. Filmei muitas pessoas sangrando por causa dos estilhaços das bombas de efeito moral. Outra imagem chocante foi a do menino que eu cito na carta ao secretário, que levou um golpe dos policiais enquanto estava de joelhos e começou a apanhar. Temos também a imagem de uma menina, no momento em que estava sendo presa e perguntaram ao policial: “Sob qual acusação estes jovens estão sendo presos?”. Ele respondeu: “Eu não sei, aí tem que perguntar pro comando”. É óbvio que o comando da polícia vai dizer que foi um caso excepcional, mas o excepcional foi essas imagens terem sido gravadas.

Z - Que nome será dado para o vídeo que vai reunir estas imagens?



Evangelista: mídia faz trabalho sujo

FE - Amanhã vai ser maior, porque acreditamos que quanto maior a repressão, maior a vontade de se manifestar.

Z - Você acredita em pessoas infiltradas no movimento?

FE - A mídia está divulgando coisas que dão a entender que os manifestantes estão sendo manipulados por pessoas infiltradas. Isso não é verdade. Ninguém está sendo manipulado, mas existem pessoas infiltradas, é a polícia especial, conhecida como P2, que está lá gravando o que querem mostrar contra os manifestantes e que comprometem assim todo o trabalho da imprensa. Passei por situações complicadas, porque enquanto estava gravando, muitas pessoas ficavam desconfiadas de que eu poderia ser um P2 também. Gravei o depoimento da mãe de um dos presos, que disse ter visto um P2 jo-

gando uma bomba contra a tropa de choque, para que eles pudessem revidar. Numa passeata do MST, por exemplo, já fotografei um P2 que estava ali para passar informações à polícia e fiz questão de publicar essa imagem.

Z - Como você compara a cobertura desses protestos com as suas outras coberturas como a da guerra da Palestina, de Gênova e dos militantes do MST?

FE - É legal porque sempre tem um fio em comum. O que está acontecendo em Florianópolis, lembra muito o que presenciei em Gênova, mas numa proporção menor. Lá eram cerca de 300 mil pessoas gritando pacificamente e sendo agredidas por policiais revoltados. É incrível, também, como os fatos que a gente observa ao lado de mais jornalistas, muitas vezes são silenciados por eles. Na época em que fui pra Palestina, havia uma ordem das autoridades da cidade para que as pessoas não saíssem de suas casas por causa dos franco-atiradores e tanques israelenses que estavam pelas ruas. Num desses dias, eu estava no hospital da cidade de Ramalah e vi uma senhora, que deveria ter uns 50 anos, que estava com dor no joelho, então resolveu ir ao hospital. E quando ela saiu da recepção do hospital eu ouvi um barulho. Ela tinha sido assassinada pelos franco-atiradores a poucos metros de mim e ali estava um jornalista da CNN e outro da Reuters, mas nenhum deles divulgou isso. São fatos silenciados que não chegam nem nos lugares que acontecem, nem no resto do mundo. Qual exemplo maior que o Movimento dos Sem Terra? Até meados de 1996 foi feita uma pesquisa pelo Ibope e 80% da população brasileira era a favor do MST. A partir desse momento o MST muda sua postura, começa a criticar a política neoliberal do governo e não só a questão da terra e da reforma agrária. Então a mídia passa a detonar o movimento. Às vezes, como diz o jornalista Bernardo Kucinski, o consenso não parte da mídia, mas sim da elite e a partir da elite vem o trabalho sujo da mídia, que quase sempre tem interesses comuns. Por que os meios de comunicação não falam que 1% dos proprietários rurais detêm 46% de todas as terras do país? É isso que tem que ser falado. O louco é que muitos dos repórteres que estão nas redações foram criados já com a idéia desse consenso. Aí o editor não precisa nem lutar com você, como era na época da ditadura que havia um enfrentamento. Agora o repórter vê a polícia batendo em adolescentes e diz que é pra manter a ordem.

Entrevista Sarah Castro



Batalhões da PM vigiam de perto os protestos, manifestantes exibem faixas pedindo paz e usam máscaras e panos com vinagre para se proteger das bombas de gás lacrimogêneo e spray pimenta

Primeiro bate e depois negocia

Socióloga Janice Ponte analisa agressividade popular como resposta a brutalidade da PM

Autora do livro *Reinvenções da utopia, a militância dos jovens nos anos 90*, Janice Tirelli Ponte, professora e socióloga na UFSC, se especializou em analisar a participação da juventude em movimentos sociais. Em Florianópolis, ela sempre procurou conversar com jovens que, de alguma forma, tenham se engajado em qualquer organização política, desde sindicatos até pastorais. Para a pesquisadora, as manifestações desse ano revelam tanto pontos negativos, como a institucionalização da violência pelo Estado, gerando uma reação também violenta por parte da população, até pontos positivos, como a convergência de interesses entre os movimentos comunitários dos bairros e o movimento estudantil na busca da solução de um problema que atinge todos eles.



Jovens mostraram o absurdo social

Zero - Por que os protestos pela redução das tarifas do transporte público têm sido tão violentos em Florianópolis?

Janice Ponte - Em primeiro lugar, é preciso termos cautela para não criminalizar os jovens, como começa a ocorrer nestas ocasiões. Não esquecer que é a polícia que corporifica a violência desde a sua imagem. O que ela fez questão de explorar sobremaneira nestes últimos episódios. Ela existe para conter, controlar, vigiar, e não para afogar e compreender as atitudes dos cidadãos. A reação do senso comum das pessoas, que não sofrem com o sistema viário, é, imediatamente, somar os ganhos e perdas numa manifestação de revolta sem fazer a crítica da cultura da brutalidade a que já estamos acostumados. Está claro, nesses 20 dias de revolta nas ruas, que a brutalidade se instalou primeiro, simbolicamente, desde o início, para constranger e resolver o assunto na base da violência. Depois, fisicamente, quando as imagens que assistimos em rede nacional impressionaram e nos levaram a lembrar dos tempos do autoritarismo, do medo a que estávamos submetidos durante a ditadura militar. O que está ocorrendo agora parece desproporcional, mas é o sintoma que a orientação governamental, que define as ordens da polícia, é a mesma: primeiro bate e depois negocia, ou seja, continua fazendo tudo do jeito que sempre fez. Agora, o movimento de massa é imprevisível e, diante da agressão desproporcional, como ocorreu, qual é a reação? No clima de propósitos comunitários, companheirismo em que se construiu o movimento, como impedir a revolta de explodir em auto-defesa? Embora algumas atitudes fujam do controle do movimento, acho que devemos analisar criticamente as depredações. Quais foram os equipamentos urbanos depredados? Territórios de significação marcante: Câmara de Vereadores, bancos, sede da Cotisa. Traduzindo: o campo da política, da economia e da propriedade privada dos transportes. Pelo que pude investigar junto aos militantes, não foram só alguns estudantes que agiram assim, mas alguns populares, também. Quem fez isso expressou o que muitos outros já percebem, ou seja, questionar o poder constituído, tendo-o como objeto de ação. Trata-se, portanto, de uma ação política de revolta contra estas instituições. A violência iniciou, portanto, com quem tem o seu monopólio - o Estado e foi contra ele que as pessoas no fundo estavam se manifestando, em legítima defesa contra a autoridade que exa-

cerba o seu poder. Uma investigação rigorosa sobre os fatos não terá dificuldade em constatar que houve abuso de poder. Se essas manifestações são criminosas, porque revogaram a aplicação do reajuste por parte da Câmara e do prefeito? Serão retiradas as acusações contra os estudantes de atentado contra a segurança de meio de transporte, incitação pública à prática do crime, vandalismo, formação de quadrilha exposição de adolescentes a vexames? O abuso de autoridade também será perdoado? Como se vê há algo mais do que o simplismo neste momento histórico que vive o país. O jovem entre 16 e 18 anos, um dos protagonistas do movimento aqui em Florianópolis, faz parte de uma geração social que cresceu sem utopias, preparada para um pragmatismo individualista, formada sob uma razão instrumental, despreparada em lidar com o coletivo, despreparada para viver em sociedade. E, veja, mesmo assim, contraditoriamente, fez o que muitos não tiveram coragem de fazer: enfrentou a polícia colocada nas ruas com todas a sua truculência e sensibilizou a população para aquilo que é um problema de todos. Mais uma vez, o jovem, como o fez em muitos momentos da história, (e não importa que seja de uma forma cíclica ou episódica) mostrou o absurdo social a que estamos entregues e o quanto é preciso ser ousado para não sermos reféns da inércia.

Z - Quais as implicações da ausência de uma liderança mais definida no movimento?

JP - A polícia atuou na linha de frente, mas pelo que mostram os fatos, não no coração da revolta que ainda mostra o seu fôlego. Cai um comando, aparece outro, não há como impedir que as pessoas se sobressaiam por sua capacidade organizativa política, estratégica ou operativa de um grupo político, quando a forma em que se processam as manifestações permite a expressão democrática. E outra coisa: é preciso ponderar que a idéia de liderança hoje não é mais aquela da manipulação de anos passados, o que não quer dizer que hoje, os jovens não procurem mais vínculos coletivos, que não têm mais ideologia ou não constroem utopias. Eles têm um convívio político que traduz um repertório baseado na contestação multifacetada, diferenciada e criando um novo conceito de coletividade, reinventando utopias velhas e criando novas. E a capacidade de domínio da tecnologia está a favor dessa geração: a bomba que explode hoje no asfalto às 19h está sendo denunciada às 20h pela internet e informando quem procura a informação. Essa é uma grande fonte de poder sobre os fatos. Tanto é que a própria polícia está usando dos mesmos expedientes da mídia alternativa. Tem policial que mais parece repórter na rua, "cobrindo" a repressão que executa. É até possível que serviços de inteligência do Estado, além da PM também devem estar querendo entender o que está acontecendo. Seria curioso ver o relatório de um espião da ABIN (Agência Brasileira de Informação) sobre o que está acontecendo em Florianópolis. Hoje se acelera o que desde a década de 90 já estava aparecendo: um interesse pela militância em organizações não hierarquizadas e descentradas em ideologias, que disciplinam o comportamento político individual em nome do coletivismo. Portanto, a liderança hoje é tão legitimada quanto pode ser contestada, questionada e decide-se sobre a sua existência pelo conjunto. É preci-

so penetrar no universo do movimento juvenil para perceber que os esquemas e classificações que a imprensa estabelece, não vigoram no relacionamento da sua rede movimentalista. Hoje, os jovens que atuam, buscam em todas dimensões de sua ação, o reconhecimento de sua individualidade, o que equivale a afirmar que para eles o coletivo deve incorporar a forma de ser de cada um e que projetos de vida mais do que nunca vêm dependendo da sua escolha autônoma.

Z - Quais as conseqüências para a cidade, do ponto de vista social, e que análise você faz da atuação dos políticos nessa questão?

JP - Desde as manifestações do ano passado, os políticos passaram por um constrangimento. No ano passado, vereadores tiveram que usar de muito argumento para desfazer o equívoco de terem votado em causa própria pelo reajuste de seus salários, o que foi o estopim de uma grande mobilização dos estudantes em frente a Câmara de Vereadores e obrigou o recuo. Apenas um vereador votou contra o aumento e isso repercutiu muito mal, inclusive nos meios mais progressistas da cidade, que não esperavam esta atitude de alguns vereadores comprometidos com as causas populares. A conseqüência disto é que o apoio ao movimento dos estudantes cresceu na mesma proporção da sua repercussão positiva junto à população. Houve, portanto, limites na exploração eleitoral que é comum nestes casos. Mesmo porque, quem acompanhou a atuação juvenil pôde perceber a crítica contundente dos jovens ao oportunismo político que aparecia durante do processo. Sem dúvida a questão partidária alimenta a crítica geral durante o processo e os "sempre" candidatos a alguma coisa vêm no movimento uma oportunidade de terem visibilidade. Mas, quando a política se traduz como mera tecnologia, como neste momento, não podemos esperar outra coisa: uma inteligente indiferença como resposta dos jovens a estes expedientes. Com relação a atual gestão da prefeitura, o descrédito do prefeito ficou evidente quando iniciou um jogo de empurra sobre a responsabilidade sobre o aumento, quando estava muito claro que a decisão judicial não determinava o reajuste, mas reconhecia a legalidade do decreto 2.454. Considero que muitos jovens que sentem e têm clareza dessa situação descredita nas formas por onde passa a política institucional. Esta política, vê-se claramente, que eles a rejeitam. Aquela que é resultado de um pensamento e visão de mundo técnica, preocupada em como tirar vantagem do outro, que impede o pensamento, que se prende a atitudes que têm como fim único a manutenção do poder. Os jovens estão querendo distância desse tipo de prática, ao mesmo tempo que aprendem e se socializam politicamente na crítica a ela quando se agrupam, quando se organizam, desde uma expressão de contestação organizada à de desobediência civil. Assim eles vão criando a seu jeito próprio, uma nova forma de encarar a participação social nos problemas da cidade, envolvidos e aprofundando o conhecimento da realidade do seu cotidiano e de suas questões, e partilhando de laços que vão criando uma cultura própria. Florianópolis por trás da propaganda que ressalta a sua beleza natural é repleta de desigualdades e contradições sociais, além da destruição ambiental que vêm ocorrendo. As políticas econômicas e sociais vigentes não dão conta de democratizar a sociedade tão desigual, por isso a forma política é disfuncional à sociedade, e isso a juventude não está mais suportando. Parece que os políticos não se deram conta disso.

Entrevista: Leandro Uchôas



Vitória do povo: ausência de representantes na Câmara e nos Executivos municipal e estadual levaram ao confronto contra tropas trazidas do interior do estado. Sem contrangimento para bater

Irresponsabilidade e repressão

Professor acusa prefeito de incitar manifestações e governador de abandonar democracia

A culpa do colapso do Transporte Público em Florianópolis é dos empresários de ônibus que praticam um capitalismo provinciano. Quem pensa assim é Waldir Rampinelli, doutor em Ciências Sociais e professor de História da UFSC, que esteve nas manifestações junto com os estudantes. Ele sugere que os empresários da cidade aprendam que obter lucro não é sinônimo de "arrancar o olho da população". Waldir Rampinelli completou três cursos de graduação: Direito, Filosofia e Letras. Fez seu mestrado na Universidade Autônoma do México sobre as relações exteriores brasileiras na América Latina. Na PUC de São Paulo, produziu seu doutorado sobre a política externa do presidente Juscelino Kubitschek. Na entrevista, Rampinelli analisa os protestos dos estudantes dentro de um contexto que engloba a crise dos partidos na América Latina. "Simplesmente essa classe política que está aí deve ir embora".

Z - *As causas do movimento estudantil se esgotam na redução da tarifa de ônibus?*

WR - Não, é algo maior. É preciso ver o movimento dentro de um contexto latino-americano. Não é à toa que os protestos ocorridos em Florianópolis não chamam a atenção apenas da cidade. Atualmente acontece a perda de legitimidade dos partidos políticos, que não conseguem mais representar as populações da América Latina. Os partidos foram se distanciando ao longo do tempo e representam uma hegemonia dominante composta por latifundiários, empresários e banqueiros, não mais o povo. Por isso é comum ouvir na América Latina a expressão "que se vão todos". Nesse contexto, surgem outras formas de representações. Pode ser o movimento estudantil, camponês, cocaleiro ou piqueteiros, todos com características próprias, mas com algo em comum. A semelhança é que eles não deixam os partidos políticos atuais tirarem proveito. É bom lembrar que nas manifestações de Florianópolis, a deputada federal do PT, Luci Choinacki, foi vaiada. E qualquer um que representa um partido político que fizer o mesmo vai receber vaias.

Z - *Então se trata de um movimento social apartidário?*

WR - Apartidário, não. É um movimento político que engloba vários partidos, mas o objetivo não é o partidário, é o político.

Z - *Quando se iniciou esse enfraquecimento dos partidos na América Latina?*

WR - Começou com o fim dos governos populistas em alguns lugares e, em outros, nos anos 60 e 70. As ditaduras cooperaram com esse enfraquecimento também. O que João Goulart fez como ministro do Trabalho em 1953? Aumentou o salário mínimo em 100% atendendo uma reivindicação popular. Goulart fez tal medida, porque pertencia ao PTB que defendia os trabalhadores. Hoje isso desapareceu e as pessoas se organizam de outras formas.

Z - *E como resolver esse distanciamento visto na Câmara, na Prefeitura de Florianópolis e no governo de Santa Catarina?*

WR - Não se deve tentar resolver esse problema. Simplesmente essa classe política que está aí deve ir embora. Eu diria: que se vão todos. Agora o que aparece no lugar? Acredito que virão movimentos sociais que representarão os anseios da população. Mas, como vivemos em uma democracia burguesa, é provável que virão partidos que te-

nham uma ligação maior com os movimentos sociais, mas não vamos esquecer que tais partidos ao chegarem no poder podem voltar a defender a classe hegemônica. O exemplo mais claro é o PT: começou com os movimentos sociais, mas hoje é um partido em crise.

Z - *Como explicar a atitude violenta da PM?*

WR - Ninguém passa impune por uma ditadura militar. Embora a ditadura brasileira tenha ocorrido entre 1964 e 1985, é bom lembrar que essa polícia foi educada ideologicamente durante esse período. A redemocratização no Brasil não transformou algumas instituições, entre elas a polícia. São entidades estatais educadas dentro de uma hierarquia verticalizada, de ideologia da classe dominante e protegendo aquilo que eles chamam de "a ordem". E como isso se mantém? Através do porrete. É diferente de algumas polícias de outros países que passaram por ditaduras, mas se redemocratizaram. O exemplo maior é a Nicarágua, um país que sofreu uma ditadura de 1934 a 1979 e, em dez anos, mudou ideologicamente sua polícia. Nas manifestações de lá, os policiais fazem suas funções, mas não reprimem como acontece no Brasil. Portanto, tivemos uma redemocratização, mas foi um processo feito por cima e no seio da polícia brasileira ainda existe o germe do autoritarismo.

Z - *Mas e a responsabilidade do governador?*

WR - Existe o papel do governador, mas quando temos comandantes na Polícia Militar que discordam da atitude do governo, eles precisam colocar seus cargos à disposição. E eu duvido que se isso acontecesse, o governador Luiz Henrique iria aceitar a saída deles. Seria uma crise na polícia que educaria o governador para a democracia. Aliás, convém lembrar que falo de um governador que, quando tem um poder municipal de oposição, não usa a polícia, mas, quando entra alguém ligado a ele, usa a repressão. A polícia, quando é redemocratizada, educa inclusive o próprio governador.

Z - *E quanto à tentativa da polícia em caracterizar o movimento como baderneiro e criminoso?*

WR - Não é novidade. Isso é resultado de um governo autoritário. Se você analisar a América Latina vai ver que durante o Estado Oligárquico (1850 a 1930) qualquer movimento era caso de polícia. Hoje esses resquícios continuam. Eu assisti às manifestações, sou contra a quebra do patrimônio, mas a quebra que a imprensa diz que houve foi muito maior do que a existente. E eu digo mais: o caso de atear fogo na Câmara foi um ato simbólico. Representou o ataque ao poder legislativo dessa cidade, que é omissivo.

Z - *Na Constituição Brasileira de 1988 foram criados os Conselhos Municipais de Transportes com caráter deliberativo. Fazer esses conselhos funcionarem não seria uma solução a longo prazo?*

WR - A longo prazo, pode ser. Agora a curto prazo, nem uma CPI resolve o problema. A solução imediata é o prefeito Dario Berger reunir os empresários de ônibus, o movimento estudantil e construir um acordo. Os empresários ligados ao transporte público de Florianópolis precisam



Rampinelli: polícia não se recicla

ganhar menos. Durante os governos da Angela Amin e o do Edson Andrino, os empresários tiveram um aumento de arrecadação de 238% e o gasto com pessoal foi de 72%. O lucro é a subtração disso. Eles, portanto, precisam entender que estão em um sistema capitalista, mas não podem arrancar o olho da população usando o poder do Estado. É preciso bater duro nos empresários e afirmar que não podem ganhar o tanto que querem. Deviam fazer um curso de modernidade dentro do capitalismo. Vão aprender capitalismo na Europa onde não se ganha tudo em um dia, mas sempre se lucra. E não me venham com a história do ir e vir, porque onde fica esse direito para quem mora nos Ingleses, na Caieira do Sul? Eles também têm o direito! É ridículo quando o prefeito fala

que os estudantes devem protestar no sambódromo *Nego quirido* ou na frente da Catedral. A manifestação deve acontecer na rua exatamente para conseguir o apoio da população.

Z - *A municipalização dos Transportes não resolve o problema?*

WR - Sem dúvida nenhuma é uma solução viável. Se não toda a municipalização, pelo menos, uma parte. Por que se você tem sete empresas de transportes e prefeitura cria pelos menos duas outras, a prefeitura estimula mudanças. Temos exemplos como o metrô do México que é estatal, transporta cinco milhões de pessoas por dia, possui serviços melhores do que o de Nova York e tem uma tarifa social. É do Estado por quê? Por que o governo tem interesse em evitar revoluções. Em Florianópolis isso também é possível, mas é preciso ter vontade política. E esse prefeito não tem essa vontade de resolver o problema.

Z - *Como o senhor avalia a cobertura da imprensa nos protestos?*

WR - A imprensa nacional tem sido um pouco melhor, talvez por estar um pouco distante dos fatos. Mas a imprensa local sempre defende os interesses da classe dominante. Ela concede alguns espaços, mas o enfoque é sempre da classe que domina. Sem contar que os estudantes são mostrados como baderneiros, o movimento como arruaceiro e que só defende interesses pessoais, que não é possível acabar com o aumento senão quebra os transportes e que o prefeito não irá permitir a baderna. Mas é preciso deixar claro que o prefeito é um provocador e o governador um repressor. Um prefeito precisa ter responsabilidade na cidade e ele mostrou que não tem quando incitou os estudantes. Ele não foi responsável no trato da coisa pública. Durante a campanha, prometeu que iria resolver a situação dos Transportes e até hoje nada. Ou ele enganou a população ou é um caso de estelionato eleitoral. A administração anterior não diminui em nada a responsabilidade de Dario Berger. Já o governador Luiz Henrique é um repressor, porque, no ano passado, defendeu a democracia, fez críticas à ditadura e disse que a polícia não bateria nos estudantes. Hoje, largou o discurso e fez exatamente o contrário. Autoridades assim nenhuma cidade merece, nós precisamos de gente responsável.

Entrevista: Bruno Moreschi

Fotos: Leo Miranda / Clarino Zómbio - Zero

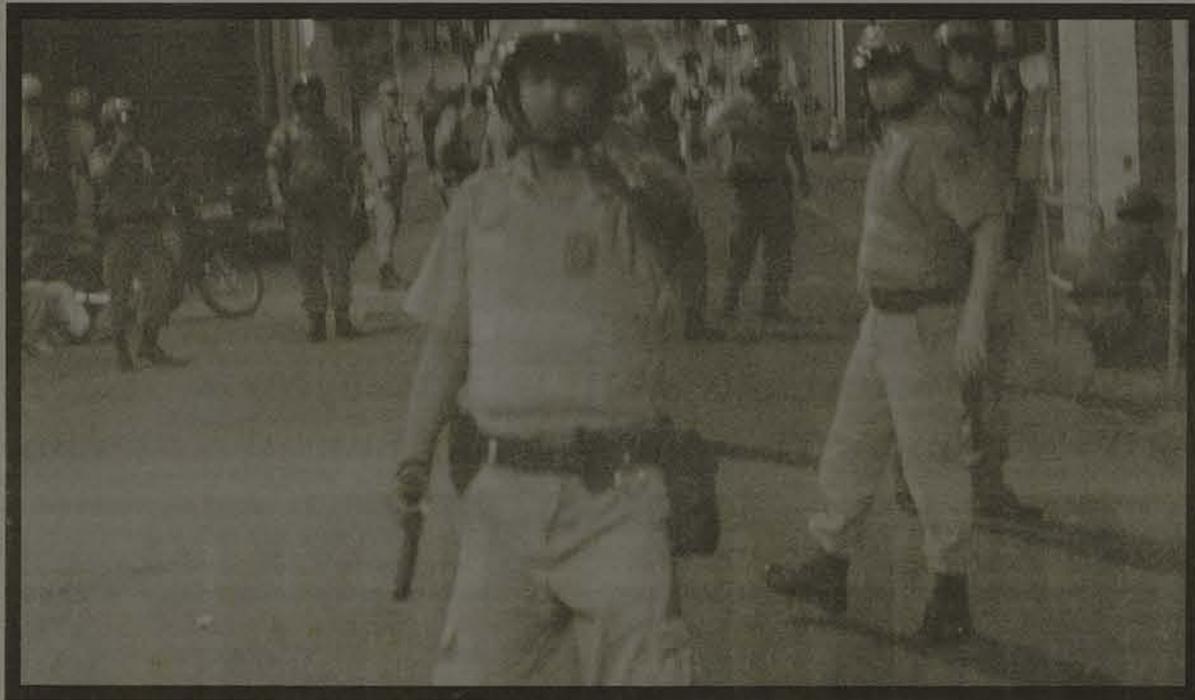


Daniela Cuculicchio - Zero

Manifestantes levantam os braços para mostrar à polícia que estão desarmados, estudantes da Udesc pedem redução da tarifa e jovem coloca nariz de palhaço para ironizar a situação na Capital

Estudantes derrubam aumento

Após 17 dias de prisões e quebradeira, Berger recua, retira reajuste e devolve paz à cidade



Fotos: Leo Miranda - Zero



Como num filme de suspense, Dário Berger soube manter toda a atenção sobre sua decisão a respeito do futuro do transporte público em Florianópolis até o último minuto. Num final feliz para os manifestantes, Berger se rendeu, suspendeu os 8,8% de reajuste e deixou a promessa de que novas soluções serão encontradas para o sistema integrado. O prefeito, no entanto, não ficou com o pepino na mão sozinho. Ao contrário de sugestões anteriores, desta vez quem vai bancar os custos da suspensão do aumento são as empresas. Como compensação, serão isentas do pagamento do Imposto Sobre Serviços (ISS), o que vai representar cerca de R\$ 160 mil por mês. Do lado do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis (Setuf) ficou o aviso de que, se a medida representar prejuízo, haverá recurso na justiça.

O ato final de Dário Berger começou a se desenhar pouco antes das 16 horas de terça-feira, 21 de junho. A coletiva com a imprensa estava marcada. Em frente à prefeitura, participantes do Movimento Passe Livre tentavam controlar a ansiedade. Havia até quem apelasse para um jogo de xadrez. A segurança na entrada do prédio era numerosa e ostensiva, com policiais militares e guardas municipais. Poucos eram os que conseguiam entrar na prefeitura e menos ainda, os que conseguiam chegar ao décimo andar, onde Berger receberia a imprensa. A vereadora Ângela Albino (PCdoB) obteve autorização para subir, mas chegando à sala 1002, acompanhada de Thiago Andriano, presidente da União Catarinense dos Estudantes, e Matheus de Castro, representante do Movimento Passe Livre, foi "convidada" a se retirar. "Sou vereadora e tive que pedir autorização para entrar, enquanto nenhum vereador teve que passar por isto, e agora tenho que sair", reclamou. Os assessores do prefeito tentaram contemporizar, alegando que, sozinha, a vereadora poderia entrar. Ela não gostou da idéia e desceu, para esperar o resultado na rua.

E foi na rua que, 40 minutos depois, ela e os manifestantes receberam a notícia: o aumento seria suspenso. O informante era o vereador Jair Miotto (PTB), que saiu da reunião para divulgar a boa nova. Ele explicou que até a noite do domingo 26 de junho todas as tarifas do transporte público de Florianópolis voltariam aos preços anteriores ao reajuste. Os custos da suspensão caberiam às empresas, que passariam a ter isenção no ISS, o que representa 2% do valor da tarifa. O ato administrativo teria prazo de dois a três meses, com a previsão de que em 90 dias, no máximo, seria encontrada uma nova solução para os problemas do sistema integrado, provavelmente, vinda do diagnóstico que está sendo feito pela empresa de Jaime Lerner, ex-governador do Paraná.

A notícia trazida por Miotto foi o ponto de partida para a comemoração. Sorrisos de satisfação demonstravam que a decisão significou uma vitória para o movimento. "Era isto que a gente propunha desde o início", comemorou Matheus de Castro. Ainda assim, teve quem ficasse com um pé atrás. "Quero ver isto no papel. E não adianta dizer que a palavra é no fio do bigode, porque eu sou mulher, não tenho bigode e só acredito no que está escrito. Mas, é um avanço, sem dúvida", avaliou Ângela Albino.

Thiago Andriano era um dos que mais comemorava. "É o momento mais feliz das últimas semanas. Se ele tivesse feito isto antes, teria evitado tanta confusão. Espero que nestes 90 dias, venha uma boa solução", resume. Andriano passou por maus momentos durante os protestos, chegando a ser preso. "Foi uma vitória, mas pagamos um preço muito alto por ela. Sangue e muitas prisões. Não era preciso tudo isto. Saiu caro, caríssimo", lamentou, aliviado com a perspectiva de dias mais tranquilos pela frente. Para ele e para a cidade.

Thiago Macedo